

AIP - FCE

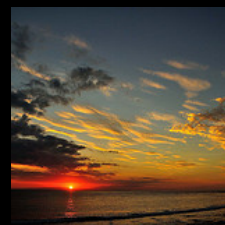
um Estudo Realizado pela CESO CI
Portugal para a AIP - Feiras, Congressos
e Eventos no âmbito do QREN



**Caracterização da
Economia**



**Estratégia de
Desenvolvimento**



**Identificação de
Produtos com Potencial
de Crescimento de
Vendas**

Estudo de Mercado Timor-Leste



INDÍCE

Market Intelligence	5
Geografia e Clima	5
Organização Administrativa	5
Demografia	7
Principais Sectores de Actividade Económica	8
Agricultura	8
Pecuária	14
Pesca	15
Florestas	16
Turismo	17
Indústria Petrolífera	20
Quadro Macro-económico	24
Procura, Produção e Preços	24
Finanças Públicas	26
Contas Externas	28
Comércio Internacional	29
Exportações	29
Importações	29
Relações Económicas Portugal-Timor-Leste	31
Exportar e Investir	35
Regime de Importação	35
Investimento Estrangeiro	37
Ambiente de Negócios	40

Business Intelligence	47
Estratégia de Desenvolvimento	47
Sectores Estratégicos	48
Infraestruturas	48
Desenvolvimento Económico	51
Grandes Projectos Públicos	53
Potencialidades de Expansão das Exportações de Produtos Portugueses	55
Metodologia para Selecção dos Produtos	55
Perfil dos Produtos Seleccionados	56
Análise da Concorrência Geográfica	65

Ficha Técnica

Título

Estudo sobre o Mercado de Timor-Leste

Data

Fevereiro 2013

Promotor

Associação Industrial Portuguesa - Confederação Empresarial

Autoria

CESO CI, SA

Coordenação Técnica

Rui Miguel Santos (com a colaboração de Susana Sarmento)

1. *Market Intelligence*

1.1. Geografia e Clima

Na metade oriental da ilha de Timor, o relevo define-se por sistemas de montanhas alinhadas. Imponentes cordilheiras percorrem a ilha a quase todo o comprimento.

O litoral norte, cortado por vales profundos é quase sempre escarpado. Desta ampla crista central, ao longo de todo o território, com uma orientação Sudoeste-Nordeste, destacam-se duas grandes elevações, o Ramelau que atinge os 2960 metros e o monte Cablac com uma altura máxima de 2340 metros.

Esta característica marcante do território central, dá lugar a duas realidades distintas, uma a norte, onde abundam os relevos acidentados, os declines fortes e a quase inexistência de grandes áreas planas e outra a sul, onde o relevo é mais variado, com declives menos acentuados, com planícies de aluvião justo à costa. Na ponta leste da ilha de Timor, a convergência destas duas realidades dá origem a áreas de menor altitude e declives suaves com ocasionais relevos abruptos, localmente designados por fatos, como por exemplo o monte Matebian com 2370 metros e o Mundo Perdido com 1770 metros de altura.



Em termos de clima Timor Leste apresenta um clima tropical húmido. As temperaturas na costa Norte chegam por vezes aos trinta e cinco graus, podendo até ser mais elevadas em Outubro e Novembro. Nas zonas de média altitude, durante o dia, a temperatura ronda os trinta graus, descendo por vezes até aos vinte graus à noite. Nas montanhas a temperatura pode ser agradável durante o dia, mas no geral, é muito baixa, especialmente no que toca à temperatura nocturna.

Essencialmente existem duas estações anuais; a «época das chuvas» como consequência da monção de Noroeste, de Novembro a Maio, e a «época seca» consequência da monção de Sudoeste que ocorre de Junho a Outubro.

1.2. Organização Administrativa

O território de Timor-Leste é constituído pela metade oriental da ilha de Timor, a ilha de Ataúro a norte da costa de Díli, o ilhéu de Jaco, no extremo leste, e o enclave de Oecussi-Ambeno, na costa norte da parte indonésia da Ilha de Timor. O território tem uma área total aproximada de 15 mil km², com uma população de cerca de 1,066,582 habitantes (Censos 2010), e tem por capital a cidade de Díli.

Em 1908, Portugal dividiu o território timorense em 15 comandos militares, encarregues também da administração civil, descentralizando-a. Uma década mais tarde a metrópole criou as primeiras circunscrições civis, desmembrando o monopólio do poder militar, cuja necessidade havia terminado com a assinatura da Sentença Arbitral de 1914 com a Holanda. Só em 1940 é criado o primeiro concelho - o concelho de Díli - tendo a partir de então coexistido concelhos e circunscrições até à elevação da última circunscrição (Oecussi-Ambeno) a concelho, em Agosto de 1973.

Em meados da década de 60, a administração portuguesa assentava em 11 concelhos, Bobonaro, Cova-Lima, Liquiçá, Ermera, Díli, Ainaro, Same, Manatuto, Baucau, Viqueque e Lautém; e numa circunscrição, o enclave de Oecussi-Ambeno. As fronteiras destas divisões são quase idênticas às dos actuais distritos, com três diferenças: o concelho de Aileu foi, nos últimos anos da administração portuguesa desmembrado de Díli; e, sob a administração indonésia, o subdistrito de Turiscai passou do distrito

de Ainaro para o de Manufahi, em troca do de Hato Udo, que passou a pertencer a Ainaro. De entre todos os distritos de Timor-Leste, é Viqueque que apresenta uma área maior (884 km²) e Díli dimensões menores (364 km²).

Em termos administrativos, Timor-Leste encontra-se dividido em 13 distritos: Bobonaro, Liquiçá, Díli, Baucau, Manatuto e Lautém na costa norte; Cova-Lima, Ainaro, Manufahi e Viqueque, na costa sul; Ermera e Aileu, situados no interior montanhoso; e Oecussi-Ambeno, enclave no território indonésio. Os actuais 13 distritos de Timor-Leste mantêm no essencial os limites dos 13 concelhos existentes durante os últimos anos de administração Portuguesa. Cada um destes distritos possui uma cidade capital e é formado, por sua vez, por subdistritos, variando o número destes entre três e sete, numa média de cinco subdistritos por distrito. Em termos demográficos, é o distrito de Díli que concentra maiores valores totais e Aileu é o distrito com menos população, muito embora possua uma área superior ao dobro da de Díli.

Cada um dos 67 subdistritos inscritos nos 13 distritos, possui uma localidade capital e subdivisões administrativas, os sucus, que variam entre 2 a 18 por subdistrito. O maior subdistrito é o de Lospalos, em Lautém, com 635 km², e o menor é Neinfeto, em Díli, com 6 km². Fato Lulique, sendo um dos subdistritos mais pequenos, é o menos povoado, com cerca de 2 mil habitantes. Naturalmente, os subdistritos que apresentam maiores valores demográficos são os que compõem o distrito de Díli, mais particularmente os que englobam a cidade capital do país.

A menor divisão administrativa de Timor-Leste é o suco, que pode ser composto por uma ou mais aldeias. Existem 498 sucus no território, numa média de 7 por subdistrito. O Distrito de Baucau é o que tem um maior número de sucus, 63, e o distrito de Ainaro o que apresenta menos divisões, 21 sucus. Analisando a média distrital de número de sucus por subdistritos, os distritos mais centrais salientam-se como os mais segmentados administrativamente. Aileu e Ermera possuem a média mais elevada, 11 sucus por distrito, e Ainaro e Oecussi-Ambeno apresentam a média mais baixa, 5 sucus por subdistrito. São os subdistritos mais centrais e montanhosos que apresentam um maior número de sucus: Aileu, distrito de Aileu, e Bobonaro, distrito de Bobonaro, são compostos por 18 divisões cada um; contrariamente, os subdistritos de Hato Udo, em Ainaro, e Tutuala, em Lautém, ambos perto da costa e com um relevo suave, possuem apenas dois sucus cada um.

No que respeita às dimensões, os maiores sucus encontram-se localizados nos distritos mais orientais de Timor-Leste, com destaque para Laline, no subdistrito de Lacluta, distrito de Viqueque, com 212 km². Os 15 sucus de menores dimensões encontram-se situados no distrito de Díli, assemelhando-se a bairros, com áreas compreendidas entre 2 km² e 6 ha. A população não se distribui uniformemente pelos vários sucus. Entre os sucus com população inferior a 500 habitantes, encontram-se dois dos quatro que integram o subdistrito de Fato Lulique, em Cova-Lima, um dos quais, com apenas 136 habitantes, é considerado o suco menos povoado de Timor-Leste. Como seria de esperar, de entre os sucus com valores demográficos superiores a 5 mil habitantes, vários pertencem ao distrito de Díli, maioritariamente ao subdistrito de Dom Aleixo. Contudo, o suco com maior população absoluta, quase 10 mil habitantes, é Fuiloro, em Lospalos, Lautém.

Mapa 1 - Divisão Territorial por Distritos



Mapa 2 - Divisão Territorial por Subdistritos



1.3. Demografia

De acordo com o Censo de 2010 existem cerca de um milhão e cem mil timorenses, dos quais 49% são mulheres. Somente um terço da população vive em cidades, sendo que Dili concentra 74% da população urbana do país. Mais de 40% da população tem menos de 14 anos e somente 8% tem mais de 60 anos, o que significa que mais do que um jovem Estado, Timor é um país de jovens e, portanto, de futuro. Cerca de um quarto da população do país vive em Dili, sendo Emera e Baucau as restantes cidades com mais de 100 mil habitantes. Estamos, portanto, perante um mercado de dimensões modestas, ainda muito marcado pela ruralidade característica de economias cristalizadas por séculos de ocupação estrangeira. Significa isto que, por outro lado, o processo de urbanização do país, assente numa economia em franco desenvolvimento e alavancada por abundantes recursos naturais, encontra-se ainda nas suas etapas iniciais.

Gráfico 1 População por Distrito

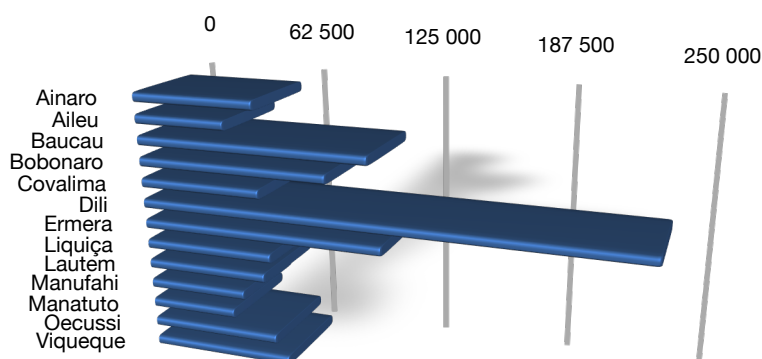


Tabela 1 - População por Distrito, Género e Escalão Etário

Unidade Administrativa	Total	Homens	Mulheres	0-14 anos	15-69 anos	+ 60 anos
TIMOR LESTE	1 066 409	544 198	522 211	441 906	536 936	87 567
RURAL	750 323	378 035	372 288	328 307	347 730	74 286
URBANA	316 086	166 163	149 923	113 599	189 206	13 281
Ainaro	59 175	30 183	28 992	27 331	25 573	6 271
Aileu	44 325	22 902	21 423	19 023	21 857	3 445
Baucau	111 694	56 374	55 320	46 936	52 535	12 223
Bobonaro	92 049	45 915	46 134	38 493	44 328	9 228
Covalima	59 455	29 982	29 473	24 931	28 581	5 943
Dili	234 026	124 388	109 638	81 579	144 036	8 411
Ermera	117 064	59 099	57 965	52 659	56 452	7 953
Liquiça	63 403	32 240	31 163	26 371	31 353	5 679
Lautem	59 787	29 404	30 383	27 384	26 911	5 492
Manufahi	48 628	25 060	23 568	20 960	23 234	4 434
Manatuto	42 742	21 844	20 898	18 037	20 307	4 398
Oecussi	64 025	31 831	32 194	27 716	31 019	5 290
Viqueque	70 036	34 976	35 060	30 486	30 750	8 800

Fonte: Direcção Nacional de Estatística, Governo de Timor-Leste CENSO 2010

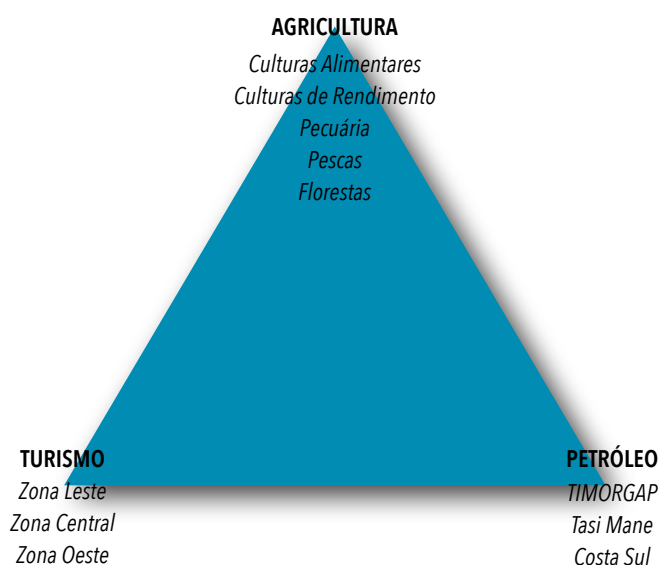
Cerca de um milhão de habitantes, uma sociedade ainda marcadamente rural e com índices de desenvolvimento humano modestos, uma economia em acelerado crescimento e dinamizada por importantes recursos naturais, assim se apresenta a equação do desenvolvimento de Timor, na qual a variável tem sido a estabilidade política e social.

1.4. Principais Sectores de Actividade Económica

A economia timorense alicerça-se em três sectores- charneira em construção:

- ◆ Agricultura;
- ◆ Turismo;
- ◆ Indústria Petrolífera.

Estes sectores deverão, no futuro, projectar-se em indústrias e zonas bem definidas.



1.4.1. Agricultura

Desde a independência, Timor-Leste investiu de forma considerável em infra-estruturas, maquinaria agrícola e no fornecimento de sementes e fertilizantes subsidiados. O País estabeleceu uma plataforma a partir da qual pretende construir um sistema nacional de investigação agrícola e continuar a melhorar a sua capacidade agrícola. Existem actualmente Agentes de Extensão Rural nos Sucos, a trabalhar por todo o país, tendo igualmente sido estabelecidos centros de serviços agrícolas em Bobonaro, Aileu e Viqueque. Existem três escolas secundárias agrícolas, frequentadas por 800 alunos, que formam os jovens agricultores em agricultura empresarial. Estão a ser desenvolvidas políticas e regulamentos sobre água e irrigação, uso de sementes e fertilizantes, uso e gestão de terras, e o uso de pesticidas tem-se generalizado.

Entre 2007 e 2009 o número de tractores manuais aumentou de 100 para 2.591 e o número de tractores de 13 para 315. Durante o mesmo período, foram fornecidas 133 unidades de descasque de arroz para agricultores e foram reabilitados 31 sistemas de irrigação. Foram igualmente instalados 5.000 silos em Timor-Leste e foram estabelecidos 32 'minimercados' nos distritos, a fim de facilitar a comercialização de produtos agrícolas.

Todavia, existem desafios significativos que precisam ser superados, para que o sector agrícola possa atingir todo o seu potencial. Durante a consulta nacional, referente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento, em 2010, os agricultores em todos os distritos levantaram preocupações a respeito da necessidade de garantir segurança, em termos de abastecimento de

água, modernização de explorações agrícolas e aconselhamento sobre o uso de sementes, fertilizantes e pesticidas. Muitos agricultores disseram que precisavam de melhores estradas e de fornecimento fiável de electricidade, para poderem transportar as suas colheitas até aos mercados. A maior parte dos agricultores não consegue pagar fertilizantes e pesticidas apropriados e não tem acesso a serviços financeiros. A agricultura de subsistência resulta em níveis de produção e produtividade muito baixos, porém muitos agricultores não possuem as qualificações ou o apoio necessários para serem mais inovadores e mais virados para a actividade empresarial.

O Governo concede ao desenvolvimento do sector agrícola uma elevada prioridade, apontando como meta a obtenção de níveis suficientes de segurança alimentar até 2020. As metas governamentais, para o sector agrícola, consistem em melhorar a segurança alimentar nacional, reduzir a pobreza rural, apoiar a transição da agricultura de subsistência para a produção empresarial de produtos agrícolas, gado e pescas, promovendo a sustentabilidade ambiental e a conservação dos recursos naturais de Timor-Leste.

Tabela 2 - Procura e Oferta de Alimentos Básicos entre 2010 e 2030

		2010	2015	2020	2025	2030
Perdas Anuais (% da Produção Total)		25%	20%	15%	10%	5%
Produção Alimentos Básicos	Arroz (ha)	50 000	63 815	70 000	70 000	70 000
	Arroz (mt/ha) (grão)	1,00	1,20	1,43	1,70	2,02
	Arroz (mt/grão) (ajustado para perdas)	37 500	61 262	85 085	107 100	134 330
	Milho (ha)	76 500	80 494	83 169	85 625	87 080
	Milho (mt/ha) (grão)	1,25	1,54	1,89	2,33	2,50
	Milho (mt/grão) (ajustado para perdas)	71 719	99 168	133 611	179 556	206 815
	Raízes / Tubérculos (ha)	8 499	8 943	9 240	9 513	9 675
	Raízes / Tubérculos (mt /ha)	7,50	8,35	9,29	10,33	11,49
	Raízes / Tubérculos (mt) (ajustado para perdas)	47 807	59 739	72 964	88 442	105 607
	Total da Produção de Alimentos Básicos	157 026	220 169	291 660	375 098	446 752
Saldo Alimentos Básicos	Arroz (mt/grão)	-76 317	-59 608	-49 959	-27 340	-5 868
	Milho (mt)	-438	23 127	54 759	98 524	124 408
	Total Grão (mt)	-76 755	-36 481	11 800	71 184	118 540
	Raízes / Tubérculos (mt)	-7 306	1 509	12 118	25 422	40 840
	Saldo de Alimentos Básicos	-84 061	-34 972	23 918	96 606	159 380
	Alimentos Básicos para Criação Animais (mt)	0	0	0	75 000	125 000
	Saldo Ajustado de Alimentos Básicos	-84 061	-34 972	23 918	21 606	34 380

Fonte: Quadro retirado da nota no 50276, Banco Mundial - Aumento da Productividade Agrícola em Timor-Leste, Fevereiro 2009

As estratégias e acções, para apoiar a expansão do sector agrícola, precisam de responder aos desafios específicos do terreno montanhoso, clima e solos de Timor-Leste, que não são tão férteis como os de países vizinhos. Precisam igualmente de levar

em conta o estado de desenvolvimento actual, que depende em grande medida da agricultura de subsistência, bem como das práticas sociais e culturais nas zonas rurais e a necessidade de formação dos recursos humanos.

Muitas das estratégias propostas, em relação à segurança alimentar e à redução da pobreza rural, são modeladas em torno, da 'revolução verde' na Índia, onde a introdução de variedade, de semente de produtividade elevada e o uso acrescido de fertilizantes e de irrigação, a partir de 1965, permitiram à Índia tornar-se auto-suficiente em termos de cereais e reduzir drasticamente o risco de fome.

A estratégia e as acções, que o Governo pretende seguir, envolvem o uso de fertilizantes e pesticidas inorgânicos a curto prazo, uma vez que isto é necessário para atingir as metas fundamentais de obter segurança alimentar e reduzir a pobreza rural. A longo prazo e com a disponibilização de mais meios orgânicos como, por exemplo rações para animais, poderão ser seguidas mais opções orgânicas. Nos casos em que existam nichos de mercados orgânicos, estes serão mantidos e alargados.

Por outro lado, o Governo projecta a realização de investimentos significativos na reabilitação e expansão dos sistemas de irrigação e na melhoria do armazenamento de água. Muitos hectares de terras, previamente irrigadas, não podem ser utilizados, devido à falta de manutenção ou não estão a ser usados da melhor maneira devido à gestão deficiente. A estação seca prolongada impede um cultivo eficaz, com base na água das chuvas, em muitas regiões.

É igualmente necessário obter mais água para alimentar sistemas de irrigação actuais e propostos. As regiões capazes de ter agricultura alimentada pela água das chuvas já foram exploradas, pelo que qualquer expansão dos terrenos agrícolas dependerá de novos esquemas de irrigação, capazes de sobreviver à estação seca. É preciso encontrar novas fontes de água para alimentar estes sistemas. Embora não exista água suficiente para alimentar os sistemas de irrigação existentes ou propostos, Timor-Leste recebe suficiente pluviosidade anual para permitir culturas em todas as zonas baixas, caso a água possa ser armazenada durante a estação seca. Todos os anos há quantidades abundantes de água que correm para o mar, com muito poucos sistemas que permitam recolher e armazenar esta água.

Presentemente, o governo estuda a viabilidade da construção de grandes barragens. Caso estas sejam viáveis, serão efectuados planeamento e investimento cuidadosos ao nível de barragens, com vista a garantir a disponibilidade de água para irrigação durante todo o ano.

Serão também conduzidos projectos-piloto de barragens para testar o potencial de reservatórios, ou de pequenas barragens para sistemas menores em localizações apropriadas: na maior parte dos casos junto a locais de captação de água. Isto envolverá a construção de 10 barragens, ao longo da linha de drenagem e fora do caudal, entre as áreas de recepção e de serviço. A maior parte das barragens terá uma construção simples com terra e terá capacidade entre 10.000 a 30.000 m³, com desaguadouros semelhantes aos construídos antes de 1999. Nos casos em que seja viável, as barragens actuais serão renovadas.

Serão conduzidos projectos-piloto para encontrar e testar lençóis de água. Isto envolverá a perfuração de 20 poços tubulares, sobretudo em terras baixas e terras semi-baixas, com vista a identificar boas localizações futuras e a desenvolver critérios para um maior desenvolvimento nos casos em que os resultados sejam satisfatórios.

1.4.1.1. Principais Culturas

No cômputo geral, cerca de 63% das famílias timorenses estão envolvidas na produção agrícola, com destaque para o milho, a mandioca e vegetais. Só 25% das famílias produzem arroz, sendo que este é um produto alimentar básico. Existe um potencial significativo para aumentar a produtividade de várias colheitas e melhorar a segurança alimentar das famílias timorenses.

1.4.1.1.1. Arroz

O arroz é um alimento básico em Timor-Leste, com os principais distritos produtores de arroz (Viqueque, Baucau, Bobonaro e Manatuto) a representarem cerca de 77% da produção total. A produção local não consegue responder às necessidades, pelo que, actualmente, o país importa grandes quantidades de arroz, a partir da Tailândia, do Vietname e da Indonésia. O Governo interveio no mercado, importando arroz e vendendo-o a preços subsidiados, a fim de evitar situações de escassez de alimentos.



A meta do Governo é que Timor-Leste seja auto-suficiente em termos de arroz até 2020. A Nação está bem encaminhada para atingir esta meta. A área total de cultivo de arroz em Timor-Leste aumentou 45,2% entre 2007 e 2009 e a produção aumentou 73,8%. Este resultado promissor reflecte o uso de melhores sistemas de produção agrícola. Foram testados em Timor-Leste dois sistemas de produção de arroz, a Gestão de Colheitas Integrada e o Sistema de Intensificação de Arroz. Em combinação com a Nakroma, uma variedade de arroz melhorada, regista-se um aumento de 50% na produtividade. A tecnologia de Gestão de Colheitas Integrada aumentou a produtividade de 1,5 toneladas por hectare para mais de 4,5 toneladas por hectare.

É possível aumentar ainda mais a produção, através do uso de variedades melhoradas, melhores viveiros de sementes, aplicação de fertilizantes, melhor espaçamento das plantas, remoção de ervas daninhas e cultivos duplos em sistemas de irrigação com acesso a água.

As perdas, em pré-colheita, estão entre os 10% e os 20%, devido, em grande medida, à maturação precoce dos bagos, uma vez que os agricultores usam as suas próprias sementes degeneradas e misturam variedades. Também se dá a quebra de bagos aquando do descasque, devido à variação da dimensão e dureza dos bagos. A melhoria da qualidade dos bagos e o uso de maquinaria de moagem mais eficiente podem aumentar a taxa de recuperação de moagem dos 50% para os 65%.

Para conseguir a auto-suficiência ao nível da produção de arroz o Governo implementará um conjunto de medidas:

- ◆ Aumentar a área de arroz irrigado em 40%, passando de 50.000 ha para 70.000 ha até 2020.
- ◆ Continuar a promover o uso de sistemas específicos de produção de arroz em Timor-Leste, Gestão de Colheitas Integradas e Sistema de Intensificação de Arroz.
- ◆ Continuar a investir em pesquisa, desenvolvimento e divulgação relativamente a variedades de culturas de arroz específicas de Timor-Leste.
- ◆ Reduzir as perdas de armazenamento de arroz, nas produções agrícolas, de 20% para cerca de 5% até 2030, por via do apoio a iniciativas de armazenamento de arroz nas explorações.
- ◆ Continuar a subsidiar os produtores de arroz, para a compra de fertilizantes, sementes e pesticidas, de forma a aumentar a produtividade.
- ◆ Melhorar a eficiência do descasque de arroz pós-colheita, através do apoio a um descasque de arroz nas aldeias.
- ◆ Introduzir zonas agrícolas para identificar as áreas mais adequadas ao cultivo de arroz.
- ◆ Dar formação aos produtores de arroz no uso de maquinaria agrícola e técnicas de gestão agrícola, continuando a distribuir tractores manuais e a apoiar o seu uso.
- ◆ Prestar aconselhamento financeiro e assistência de comercialização a produtores de arroz.
- ◆ Formular e promover uma política nacional de importação e preço do arroz, incluindo planos nacionais, de longo prazo, de armazenamento de arroz.

1.4.1.1.2. Milho e outras Culturas Alimentares de Base

O milho é cultivado por 80% das famílias timorenses, pelo que os esforços para aumentar a produtividade e melhorar o armazenamento servirão para melhorar a segurança alimentar.

Os primeiros resultados da melhoria de sistemas de produção de milho, com base no melhor controlo de ervas daninhas, na preservação da humidade e no uso de fertilizantes inorgânicos, são muito promissores. Houve igualmente melhorias significativas nas variedades de milho, batata-doce, mandioca e amendoim, disponíveis para distribuição a agricultores, como resultado de sete anos de estudo e teste em explorações agrícolas em Timor-Leste.

A produtividade média do milho é de 1,16 toneladas por hectare. As variedades melhoradas de milho do projecto "*Seeds of Life*" conseguem produtividades de 2,4 a 2,6 toneladas por hectare, sem o uso de quaisquer outros meios ou práticas de cultivo melhorados. Todavia, as variedades melhoradas só devem ser facultadas a agricultores com melhores tecnologias de armazenamento uma vez que as perdas pós-colheita são mais elevadas nas variedades com maior produtividade do que em variedades tradicionais. As perdas pós-colheita de milho durante o armazenamento, podem chegar aos 30%. Estas perdas podem ser reduzidas a aproximadamente 5%, através do uso de barris de petróleo com 50 galões de capacidade, contentores de betão armado e silos desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. O equipamento de armazenamento, nas explorações, será incluído como parte do programa Nacional de desenvolvimento do milho. A introdução de ferramentas simples de descasque de milho permitirá também reduzir o tempo de trabalho, na preparação de milho para armazenamento. A aplicação de fertilizante nas plantações de milho pode igualmente aumentar a produtividade em pelo menos 40%.

A produtividade da mandioca, uma colheita importante para a segurança alimentar nas terras altas, pode também ser aumentada consideravelmente, por via da introdução de variedades melhoradas. A produção de feijão mungo e de amendoim continua abaixo dos níveis de 1997, sendo que muito pode ser feito para aumentar a produtividade e a área plantada, caso haja acesso aos mercados. Ambos os produtos têm potencial para serem exportados.

Para contribuir para a meta de tornar Timor-Leste auto-suficiente, em termos alimentares até 2030, Governo implementará um conjunto de medidas:

- ◆ Aumentar a área cultivada com milho de 76.500 ha para 80.500 ha até 2015 e para 87.000 ha até 2030.
- ◆ Aumentar para mais do dobro, a área cultivada com raízes e tubérculos, passando de 48.000 ha para 105.500 ha até 2030.
- ◆ Continuar a investir em pesquisa e desenvolvimento e divulgação, relativamente a variedades de culturas de milho e de outros alimentos básicos específicos de Timor-Leste.
- ◆ Continuar a oferecer subsídios a produtores de milho e outros produtos básicos, para a compra de fertilizantes, sementes e pesticidas, de forma a aumentar a produtividade.
- ◆ Melhorar a eficiência do armazenamento pós-colheita e da moagem de milho, raízes e tubérculos, através do apoio a uma moagem realizada nas aldeias.
- ◆ Introduzir zonas agrícolas para identificar as áreas mais adequadas ao cultivo e comercialização de milho e outros alimentos básicos.
- ◆ Prestar formação a produtores de milho, e outros alimentos básicos, no uso de maquinaria agrícola e técnicas de gestão agrícola, continuando a distribuir tractores manuais e a apoiar o seu uso.
- ◆ Prestar aconselhamento financeiro e assistência na comercialização a produtores de milho e de outros alimentos básicos.
- ◆ Integrar actividades agrícolas com empresas familiares, tais como o processamento de produtos agrícolas ou o uso de resíduos agrícolas como fertilizantes orgânicos e alimento para animais.

- ◆ Desenvolver e alargar programas especiais de apoio ao nível do milho , raízes e tubérculos nas comunidades rurais.
- ◆ Desenvolver e promover sistemas de alimentação de gado, baseados em excedentes de milho, raízes e tubérculos.

1.4.1.1.3. Culturas de Rendimento

O sector das colheitas de rendimento tem grande potencial para contribuir para o desenvolvimento rural , através da criação de empresas agrícolas de valor acrescentado em áreas, tais como, a extracção de óleo de coco e o processamento de café nas explorações agrícolas, utilizando melhores máquinas de descasque. Para concretizar este potencial, o Governo disponibiliza aos agricultores do sector aconselhamento financeiro especializado e assistência em termos de comercialização. Será igualmente importante resolver questões de titularidade de terras e utilizar o processo de separação por zonas agrícolas, de modo a identificar as áreas mais adequadas à plantação de determinadas colheitas.

O café, a noz-moscada e o coco são colheitas de rendimento populares, que em conjunto empregam cerca de 50.000 agricultores em Timor-Leste. Muitas das questões discutidas nas secções anteriores sobre arroz e colheitas de alimentos básicos, aplicam-se ao sector das colheitas de rendimento, onde a produtividade é igualmente muito baixa, as práticas de cultivo estão longe de serem as melhores e os agricultores precisam de acesso a aconselhamento e assistência especializados. A posse das terras é também um problema: por exemplo, as plantações de café envolvem grandes extensões de terreno e a existência de disputas pode prejudicar decisões sobre investimento.

A estratégia a utilizar, para aumentar a produção das culturas de rendimento, será semelhante à utilizada para as culturas alimentares. Os agricultores receberão subsídios, formação e aconselhamento especializados, e serão encorajados a usar fertilizantes, variedades de alta produtividade e pesticidas apropriados, para garantir que a expansão do sector das culturas de rendimento, ao longo dos próximos 20 anos, contribua para a meta de segurança alimentar em Timor-Leste e crie emprego nas zonas rurais.

O **café** constitui quase 80% das exportações não-petrolíferas. Estima-se que cerca de 50.000 famílias são produtoras de café, que dele dependem para o seu sustento. As principais áreas de produção são Aileu, Ainaro, Bobonaro, Ermera, Liquiçá e Manufahi, com Ermera a representar metade da produção total de café.

Embora Timor-Leste produza menos de 0,2% do fornecimento de café a nível global, o país possui uma vantagem competitiva a nível da produção orgânica, sendo mesmo o maior produtor de café orgânico do mundo. O Timor Hybrid, um enxerto natural das variedades Robusta e Arábica, é reconhecido no mercado internacional como café orgânico de alta qualidade.

Devido ao bom preço do café orgânico, Timor-Leste concentrar-se-á em reter o seu nicho, enquanto produtor de café orgânico de qualidade. Serão necessárias técnicas de Gestão Integrada de Pragas, tais como controlo de culturas, resistência das plantas, controlo mecânico e controlo biológico, a fim de atingir e manter a certificação orgânica.

Dos 52.000 ha plantados, estima-se que 29.000 ha digam respeito a árvores velhas e pouco produtivas. A substituição por novas sementes e a poda, poderão aumentar a produtividade média de grãos verdes de 150 a 200 kg por hectare para 650 kg por hectare. Estima-se que a produção de café em Timor-Leste possa ser aumentada para o dobro só com a replantação e a poda. O objectivo é reabilitar 40.000 ha de plantações de café até 2020.

As máquinas locais ,de descasque, que alguns agricultores usam para processar a cereja em pergaminho, e as más práticas de secagem resultam, muitas vezes, num produto de baixa qualidade. Em virtude desta situação, alguns compradores adquirem apenas café em cereja para poderem controlar melhor a qualidade. Os produtores de café serão ajudados a comprar melhores máquinas de descasque.

Outra cultura de rendimento que contribui para a economia de Timor-Leste é a **noz-moscada**, a qual é cultivada em seis distritos. A noz-moscada é cultivada sobretudo pelo seu óleo. Nos últimos anos exportaram-se quantidades reduzidas, mas

como há uma espera de quatro anos entre a plantação e a colheita, os agricultores irão necessitar de apoio financeiro para expandirem o sector.

O **coco** é outra cultura de rendimento, com potencial para criar emprego, e ser vendida a nível internacional. Aproximadamente 60% das famílias timorenses possuem coqueiros. O coco é uma colheita perene que leva quatro a cinco anos a colher. A produtividade das plantações de coco em Timor-Leste é de cerca de 565 kg por hectare, o que fica muito abaixo do padrão mundial de produtividade do coco, que é de 1.500 kg por hectare. Isto deve-se sobretudo ao facto de as árvores serem velhas e mal cuidadas.

Existe um potencial cada vez maior para exportação de coco e produtos de coco no mercado global, em especial no que diz respeito a produtos de coco processados, tais como o óleo de copra (óleo de cozinha). Embora sejam exportadas pequenas quantidades de copra para o mercado Indonésio, através de Timor Ocidental, há muito pouco valor acrescentado no processamento deste recurso. Uma das oportunidades consiste em processar óleo de coco, para substituir a importação de óleo alimentar no valor de aproximadamente 2 milhões de dólares por ano. Existe também potencial para fabricar produtos domésticos tais como vassouras, cestos e utensílios de cozinha.

1.4.2. Pecuária

O sector da criação de animais em Timor-Leste tem potencial para contribuir significativamente para a melhoria dos níveis de nutrição do povo, através da melhoria do acesso a carne e lacticínios frescos. Este sector pode também criar emprego e potencialmente gerar rendimentos de exportação.

De acordo com o Censos 2010, cerca de 80% das famílias em Timor-Leste criam animais. Cabras, ovelhas e porcos são por vezes comercializados em mercados locais, enquanto os cavalos constituem um meio de transporte importante em zonas rurais.

Existem desafios significativos a superar, para que o sector da criação de animais possa atingir o seu potencial. Os animais são, por norma, deixados à solta a céu aberto e não há o hábito de cultivar culturas de pasto ou outros alimentos. A maior parte dos agricultores tem poucos conhecimentos sobre criação de animais e saúde animal. É necessário aprovar legislação e regulamentação sobre saúde pública veterinária, quarentena e doenças animais. A distribuição comercial dos animais é limitada por infra-estruturas rodoviárias e hídricas inadequadas.

A produção intensiva de aves e porcos não evoluiu em Timor-Leste, devido ao custo elevado da importação de ração concentrada, e ao baixo preço da importação de frangos. A maior parte dos ovos de galinha é também importada.

Existe margem para melhorar a produção de porcos e aves, segundo sistemas tradicionais, através de melhor saúde animal, vacinação e desparasitação, e alimentação.

Os volumes actuais, de derivados e resíduos das colheitas, não são suficientes para estimular uma indústria doméstica de processamento de rações para animais. Todavia esta situação poderá mudar caso a área de cultivo aumente ou passe a haver fontes de proteínas tais como resíduos de peixe.

As campanhas governamentais de vacinação e o fornecimento de vacinas gratuitas continuarão a ser necessárias, bem como campanhas nacionais de divulgação promovendo cuidados básicos de saúde animal e uma melhor nutrição. O objectivo do Governo é aumentar o número de animais em 20% até 2020.

Existe um potencial elevado para aumentar as exportações de gado vivo para a Indonésia e para substituir a importação de produtos de carne de vaca de qualidade. A procura de carne de vaca na Indonésia está a aumentar 6 a 8% ao ano. Ao mesmo tempo, estima-se que Timor-Leste importe 200 toneladas de carne de vaca por ano a partir de países como a Austrália.

Os distritos de Bobonaro, Oe-Cússe Ambeno e Viqueque têm as maiores populações de gado, sendo que Cova Lima, Lautém e Viqueque têm as maiores áreas de pasto. O gado de Bali (Bibos banteng) está bem adaptado às condições em Timor-Leste, porém há muito que ainda pode ser feito, para melhorar a sua qualidade genética, através de reprodução selectiva e castração de reprodutores de má qualidade. É igualmente possível melhorar outros parâmetros de produção, tais como as taxas de mortalidade, as taxas de parto e ganhos diários de peso vivo.

Existe potencial para substituir a importação de 200 toneladas de carne de vaca por ano, o equivalente a aproximadamente 1.400 animais. Será necessário um matadouro e uma unidade de desmancho, à semelhança do matadouro privado em Kupang, para assegurar desmancho, embalamento e armazenamento de qualidade. O matadouro pode vender a retalho as suas próprias carnes através de linhas de fornecimento a produtores que forneçam animais saudáveis e de qualidade com cerca de 24 meses de idade. O matadouro pode igualmente facultar serviços de abate e talho para privados. A atribuição de algum tipo de certificação por parte do matadouro, assegurando a qualidade e a segurança dos alimentos, permitirá aumentar o preço da carne.

O matadouro em Tibar pode ser reactivado, para apoiar o desenvolvimento de um mercado local de carne de vaca de qualidade, idealmente através de arrendamento ao sector privado ou de outro acordo de gestão com o sector privado.

1.4.3. Pesca

Timor-Leste tem uma linha costeira com cerca de 735 km, e uma Zona Económica Exclusiva com 72.000 km², com recursos marítimos ricos e potencial para desenvolvimento de pescas no mar. As águas costeiras e próximas da costa podem igualmente suportar actividades de aquacultura, tais como extracção de algas e criação de camarão, abalone, caranguejos, pérolas e ostras.

Dos 13 distritos em Timor-Leste, somente dois não possuem acesso à costa: os distritos de Aileu e Ermera. Existe também potencial para pescas em terra, nas áreas mais montanhosas, incluindo os distritos de Aileu, Manufahi, Ermera, Liquiçá, Ainaro e Viqueque.

Contudo, a actual contribuição do sector das pescas, para a produção e rendimento nacional, é reduzida. A diminuição de oportunidades de exportação de peixe deve-se ao aumento do consumo doméstico em Díli, o que é um sinal positivo, dado que o peixe é muito nutritivo.

O desenvolvimento de uma indústria nacional de pesca no mar dependerá do desenvolvimento de um mercado de exportação, uma vez que a procura doméstica é limitada. Serão necessários mais estudos e planeamento estratégico detalhado, para concretizar este objectivo a longo prazo.

Todavia, as actividades de aquacultura costeira, baseadas nas comunidades, podem oferecer oportunidades de obtenção de rendimentos para comunidades costeiras. O Governo irá apoiar a introdução de, pelo menos, três tipos de actividades de aquicultura, para comunidades costeiras até 2020. Antes de se conduzirem novas acções, será feito um inventário dos locais adequados.

A maior parte da pesca é feita tradicionalmente, a partir de pequenos barcos junto da costa, e não é comercializada em mercados. Existe também alguma criação de peixe em lagos nas aldeias.

A aquacultura em água doce, água salobra e água salgada não está bem desenvolvida, embora haja consumo de peixe-gato, peixe-dourado, peixe-leite, camarão e algas em pequenas quantidades. O potencial de desenvolvimento da aquacultura, em água salobra, é elevado, especialmente na área das florestas de mangais e outros terrenos marginais, que são fisicamente adequados para viveiros de peixe. O desenvolvimento da aquacultura em água doce é limitado pela indisponibilidade de água doce. A falta de refrigeração fiável, devida em grande medida a fornecimento de irregular de energia, constitui uma

grande barreira à exploração comercial de peixe, e terá de ser abordada, através da construção de infra-estruturas de produção de energia. É igualmente necessário melhorar a monitorização e a protecção das espécies.

Comparando com outros sectores agrícolas, as pescas já estão bem reguladas, havendo várias leis, decretos-lei e diplomas ministeriais com relevância directa para o sector. Todavia a sua aplicação é limitada e o sector continua a funcionar muito à semelhança do passado.

A curto prazo (2011 a 2015), as estratégias e acções, para melhorar a gestão de pescas costeiras e em terra, e para criar um sector de pesca comercial vibrante, incidirão no aumento da apanha, através de actividades de pesca tradicional, e na exploração de áreas de pesca na Zona Económica Exclusiva.

A médio prazo (2016 a 2020), as acções incidirão na pesca no alto-mar e serão orientadas para a exportação, procedendo-se também ao desenvolvimento de centros de pesca, ao longo da costa sul, em especial em Lore (distrito de Lautém). Será também encorajada a criação comercial de peixe, nas zonas onde existam recursos hídricos, nos distritos de Aileu, Ermera, Liquiçá e Ainaro.

A criação de uma indústria de pescas irá também requerer acesso a melhores barcos, formação em técnicas de pesca em alto mar e estabelecimento de ligações refrigeradas, entre zonas de pesca e pontos de exportação. Será feito um levantamento de locais, adequados para pesca comercial, e aumentar-se-á a protecção de locais de criação de peixe e de outros ambientes marinhos importantes, por via de zonas de protecção marinha. Será igualmente estabelecido um centro marinho de investigação e desenvolvimento.

1.4.4. Florestas

Para a maior parte dos timorenses, que residem em áreas rurais, especialmente aos mais pobres, as florestas e as árvores são as fontes de alimento, combustível, forragem, medicamentos e material de construção. A gestão sustentável dos recursos florestais de Timor-Leste é, não só, essencial para as famílias que dependem dos produtos florestais para lenha ou obtenção de rendimentos, mas é também importante para todos os agricultores, uma vez que a deflorestação causa erosão e danifica as captações de água – sendo que o acesso a bons solos e a cursos de água saudáveis é vital para uma boa produção agrícola.

A maioria da floresta autóctone, como a teca, mogno e sândalo, tem vindo a desaparecer e como resultado, Timor-Leste enfrenta actualmente uma degradação dos solos, diminuição dos lençóis friáticos, ameaça à vida selvagem e diminuição das fontes de alimentação. É essencial para o bem-estar da população e desenvolvimento das comunidades rurais, que este caminho seja revertido.

A área florestal de Timor-Leste é cerca de 50% da área terrestre total, o equivalente a aproximadamente 745.174 hectares. O Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, de 55% do território cobertos por floresta, continua a ser um alvo ambicioso.

O Governo tem em curso um Plano de Gestão de Florestas no quadro do qual estão a ser apoiadas as empresas de produtos a partir de árvores e florestas que dêem às comunidades locais mais oportunidades para beneficiarem de recursos florestais, ao mesmo tempo que serão dados mais incentivos para gerir e proteger estes recursos de modo sustentável.

Os viveiros comunitários para a exploração de árvores de valor elevado, tais como o sândalo, o cedro-vermelho, a teca, o mogno e o pau-rosa, têm sido um sucesso. Os agricultores plantam as árvores criadas nas suas parcelas individuais. No futuro, estes viveiros fornecerão fontes de madeira para outras indústrias tais como serrações, e para oportunidades de valor acrescentado, tais como o fabrico de mobiliário de alta qualidade. O Governo pretende apoiar a plantação de um milhão de árvores, a nível nacional, todos os anos, através de viveiros comunitários.

De referir que Timor tem dos melhores bambus do mundo, incluindo o *Dendrocalamus asper* (au-betun) gigante e o *Bambusa lako* (au-metan, Timor Black).

Há muitas gerações que o bambu é usado em Timor-Leste para vários fins, incluindo fabrico de cestos e tecelagem, bem como para habitações e canais de irrigação.

A nível ecológico, o bambu é muito importante, uma vez que pode ser plantado estrategicamente para deter a erosão dos solos e a degradação das terras. Cresce muito mais rapidamente que outras plantas comercializáveis, demorando, apenas, quatro a cinco anos a atingir a sua maturidade e podendo ser colhido anualmente durante cerca de 30 a 40 anos.

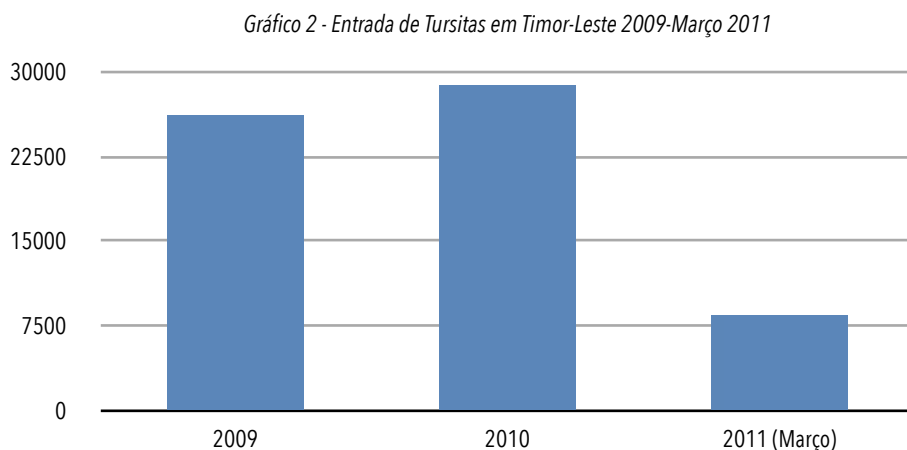
A fim de aumentar o crescimento do bambu, em áreas florestais e não florestais, está em desenvolvimento, até 2015, uma Política e Estratégia Nacionais de Comercialização de Bambu. Como parte da estratégia, o Governo irá estabelecer viveiros para criar plantas a partir de sementes, melhorar plantações de bambu (incluindo gestão de pragas) e capacitar os agricultores para gerirem plantações de bambu e dominarem técnicas de colheita.



1.4.5. Turismo

O turismo está nas primeiras fases do seu desenvolvimento, com um número ainda limitado, mas crescente, de turistas internacionais e com infra-estruturas turísticas emergentes. As más condições da rede rodoviária do país, as fracas opções em termos de alojamento e as ligações aéreas relativamente caras constituem desafios ao crescimento do sector.

Timor-Leste tem também a sorte de estar situado na região Ásia Pacífico, cujo mercado de turismo internacional está a crescer e a procurar as fortunas económicas emergentes na região. A concessão de vistos turísticos em Timor-Leste tem vindo a aumentar de ano a ano, conforme se pode ver pela figura seguinte, ainda que nem todos os visitantes que recebem estes vistos entrem no país apenas com o intuito de fazer turismo.



Num mercado global que procura ofertas turísticas novas e autênticas, Timor-Leste pretende posicionar-se para providenciar experiências turísticas que aproveitem a sua beleza natural, a cultura e o património timorenses. Isto permitirá a Timor-Leste diferenciar-se das ofertas turísticas generalizadas e apelar ao segmento de mercado crescente que procura experiências únicas em locais singulares.

Timor-Leste pretende desenvolver, também, ofertas em mercados de nicho para visitantes que procurem turismo de aventura, mergulho com botija e turismo marítimo, caminhadas ou experiências de turismo cultural e histórico. No curto a médio prazo, o país pretende também desenvolver capacidade para receber conferências e convenções internacionais.

Serão visados os mercados seguintes:

- ◆ Turismo ecológico e marítimo.
- ◆ Turismo histórico e cultural.
- ◆ Turismo de aventura e desporto.
- ◆ Turismo religioso e de peregrinação.
- ◆ Turismo de conferências e convenções.

Tendo em vista o desenvolvimento destes produtos específicos, o Governo organizou o território nacional em três zonas de desenvolvimento turístico, cada uma baseada numa visão de futuro específica.

1.4.5.1. Zona Turística Oriental

A Zona Turística Oriental irá de Tutuala até Com e Baucau e ao longo da estrada costeira até Hera. Esta zona será um destaque das ofertas turísticas de Timor-Leste, com praias tropicais cristalinas e um cenário montanhoso impressionante, e oferecerá caminhadas de aventura, arquitectura portuguesa histórica e cultura local de aldeias.

A zona começará com a Ilha de Jaco e Tutuala, que oferecem uma experiência autêntica de turismo ecológico. O desenvolvimento das infra-estruturas turísticas locais em Tutuala será prioritário, com apoio dado à reabilitação da Pousada de Tutuala, que será uma excelente base a partir da qual se poderá explorar a área circundante. As empresas locais serão encorajadas a oferecer experiências de mergulho, pesca e deslocações por barco a praias recatadas e intocadas. Viagens à Ilha de Jaco, com as suas belas praias e vida marinha, serão comercializadas como o destaque de uma visita à região. Para facilitar o aumento do turismo nesta área, irão melhorar-se substancialmente as infra-estruturas rodoviárias e de telecomunicações, sendo igualmente prestada formação relevante à população local.

A aldeia piscatória próxima de Com irá também crescer como base turística para a área. Com instalações portuárias alargadas e praias reluzentes, Com será uma das principais atracções turísticas, sendo desenvolvida como centro de alojamento, para dar aos visitantes uma oportunidade autêntica de experienciarem a vida e a cultura timorenses.

Com será também importante como a aldeia no início da rota turística recente e mais significativa de Timor-Leste, a Grande Estrada da Costa Norte. Este percurso turístico passará por Lautém, Baucau e Manatuto até Díli, prolongando-se para oeste, através de Tibar e Maubara, e terminando em Balibo com as suas vistas costeiras elevadas. Esta rota costeira será dotada de sinalização, mapas de qualidade e infra-estruturas turísticas. Viajando ao longo da Grande Estrada da Costa Norte, desde Com, entre o oceano e campos de arroz, passando pela cidade histórica de Lautém, os turistas chegarão a Baucau, a base turística da Zona Oriental. Baucau, a segunda maior cidade de Timor-Leste, providenciará uma gama completa de opções de alojamento, servindo tanto viajantes de mochila como turistas com mais meios, que procurem estâncias de turismo ecológico. A abertura do aeroporto de Baucau será uma porta de entrada para a cidade, para aqueles que não chegam por terra, oferecendo a opção de voos internacionais directos.

O estabelecimento de uma estância de turismo ecológico de elevada qualidade será apoiado na costa de Baucau, juntamente com alojamentos menos dispendiosos do tipo de bungalow de praia. A aldeia piscatória de Baucau, com as suas águas tropicais reluzentes, será promovida como um ponto alto de uma visita a Baucau. Na cidade antiga, o mercado será renovado para oferecer um centro cultural e de artesanato, com um café e um Centro de Informações Turísticas. O edifício renovado do mercado irá exibir arquitectura colonial portuguesa e destacar o nosso património cultural. O complexo de piscinas próximo, com água límpida, será também renovado para oferecer uma experiência de natação única entre jardins tropicais luxuriantes.

Baucau servirá igualmente como base para caminhadas e visitas culturais a Quelicai e ao sagrado e espectacular Monte Matebian. Incidindo na escalada a pé do Monte Matebian, os visitantes poderão passear por aldeias rurais, ficar alojados em pousadas locais e aprender a respeito da cultura, património e história importante da resistência deste cenário intocado.

A partir de Baucau, a Zona Oriental seguirá para Díli, terminando em Hera. A jornada através da Grande Estrada da Costa Norte até Hera passa por aldeias locais, arrozais e cenários de montanha. A jornada oferecerá opções de alojamento de turismo ecológico costeiro, que funcionarão também como pontos de partida para viagens de mergulho com botija, pesca e observação de baleias. A reabilitação e alargamento da estrada entre Díli e Baucau tornará esta rota turística essencial mais acessível, sendo que a estrada será sinalizada de modo a destacar atrações e a fornecer informações aos viajantes.

1.4.5.2. Zona Turística Central

A Zona Turística Central abrangerá a capital de Díli, a Ilha de Ataúro e a região de Maubisse. Sendo a capital e a principal porta de entrada do país, O Governo pretende conduzir um projecto dinâmico de desenvolvimento turístico para garantir que Díli ofereça aos visitantes uma gama completa de serviços e opções que se esperam da capital da Nação . Isto incluirá vastas opções de alojamento para satisfazer visitantes com todos os tipos de orçamento, incluindo turistas com mais poder de compra que procuram alojamento do estilo de estâncias.

Está prevista a abertura de um Centro de Informações Turísticas sobre Timor-Leste, em Díli, para prestar informações sobre sítios de interesse local. Díli será uma cidade que exhibirá a sua história colonial portuguesa, através da protecção e reabilitação de edifícios e monumentos portugueses. A história única de Timor-Leste, em termos de política e de resistência, será igualmente promovida, incluindo locais importantes tais como o Cemitério de Santa Cruz, o Museu da Resistência e o Museu da CAVR (que abrange os eventos de 1975 a 1999 em Timor-Leste). Um novo Museu e Centro Cultural de Timor-Leste e uma Nova Biblioteca e Arquivo de Timor-Leste estão projectados e pretende-se que os mesmos se afirmem como instituições importantes de cultura e património nacionais, sendo encorajadas galerias que destaquem e promovam as artes e artesanatos timorenses.

A localização oceânica de Díli será promovida, incluindo o Cristo Rei. Será implementada uma iniciativa de desenvolvimento na face costeira para embelezar a parte da praia, deixada a descoberto pela maré-baixa e criar percursos pedestres junto à praia dos coqueiros. O Cristo Rei continuará a ser um foco significativo e um marco de Díli, devendo ser estabelecida uma estância ecológica sustentável na praia por trás do Cristo Rei.

Pretende-se que Díli cresça como uma cidade dinâmica e cosmopolita influenciada por muitas das culturas do mundo, ainda que permanecendo um centro de expressão cultural timorense. A indústria da restauração será apoiada de forma a crescer e a oferecer uma gama de experiências culinárias que façam uso dos produtos locais frescos, incluindo peixe e marisco, e das influências asiáticas, portuguesas e africanas. A indústria alimentar será bem regulada para garantir segurança alimentar e a manutenção de padrões internacionais. O objectivo é posicionar Díli como um local único no Leste Asiático que reflecte a sua herança europeia, sobretudo portuguesa, continuando a ser um centro de orgulho da cultura timorense.

Díli será também a porta de entrada para a ilha de Ataúro, na qual os turistas podem explorar um verdadeiro refúgio de ilha tropical, com praias reluzentes, aldeias rurais, caminhadas a pé e pesca. A Ilha de Ataúro será promovida como centro de mergulho com botija e haverá cabanas ecológicas com baixo impacto a trabalhar com as comunidades locais para dar aos turistas experiências autênticas e remotas. O mar entre Díli e Ataúro é rico em vida marinha de grande porte, incluindo baleias e golfinhos, pelo que serão encorajados percursos de barco de lazer e de observação de baleias a partir de Díli e do Porto reabilitado da Ilha de Ataúro.

A Zona Central será também um centro para caminhadas a pé e visitas às montanhas de Timor- Leste. A cidade montanhosa deslumbrante de Maubisse será a base para o turismo de aventura nesta área, incluindo escaladas a pé à montanha mais alta

de Timor-Leste, o sagrado Monte Ramelau. Serão apoiados alojamentos em casas privadas e pousadas, bem como a reabilitação da histórica pousada de Maubisse.

1.4.5.3. Zona Turística Ocidental

A Zona Turística Ocidental englobará um gancho desde Díli, ao longo da Grande Estrada da Costa Norte, até Balibó, antes de chegar a Maliana e às áreas montanhosas de Bobonaro, e regressar através das plantações de Ermera e chegar a Díli, por Tibar.

A parte ocidental da Grande Estrada da Costa Norte oferecerá vários alojamentos do tipo de cabana ecológica e estância, reflectindo o património e a história das comunidades locais. A cidade costeira de Liquiçá irá expor a sua arquitectura encantadora da era portuguesa e constituirá uma viagem perfeita com a duração de um dia a partir de Díli. Continuando pela costa promover-se-á o Forte Holandês de Maubara como centro de arte e artesanatos tradicionais timorenses. O gancho rodoviário subirá então para a cidade histórica de Balibó, com o seu magnífico Forte Português a contemplar o oceano, cruzando Timor-Leste. O Forte Português será restaurado e desenvolvido para oferecer, dentro das paredes do forte, uma experiência de hotel-boutique altamente influenciada pelo património. Será estabelecido um pequeno museu, dedicado à história local de Balibó, com a casa portuguesa do forte a tornar-se um café e uma base a partir da qual se poderá explorar a história da área.

O gancho rodoviário continuará para Maliana, a qual tenderá a crescer e tornar-se uma base importante de desenvolvimento económico no oeste. O aeroporto de Maliana será capaz de oferecer voos turísticos a Pante Makassar, para explorar a beleza e a história de Oe-Cusse Ambeno. As termas de Marobo serão fortemente promovidas. Com as melhorias rodoviárias realizadas, os visitantes poderão viajar de Maliana, através de Ermera, na viagem de regresso a Díli. Esta jornada oferecerá vistas montanhosas deslumbrantes, com os turistas a entrarem em áreas de cultivo de café orgânico e a verem, por si, como as comunidades locais produzem café de classe mundial para exportação.

1.4.6. Indústria Petrolífera

O sector do petróleo em Timor-Leste é, naturalmente, um pilar fundamental do desenvolvimento futuro de Timor-Leste. Este sector é essencial não só ao crescimento económico do país como também para o seu progresso futuro, enquanto Nação bem-sucedida e estável.

Ao desenvolver o sector, o Governo pretende garantir que a riqueza de recursos naturais de Timor-Leste é utilizada para apoiar o esforço de construir da Nação. Actualmente Timor-Leste não possui as infra-estruturas, indústrias de apoio e recursos humanos fundamentais para fazer funcionar e gerir o seu sector petrolífero. Isto resulta na perda de grandes oportunidades para o país e para os timorenses.

O aproveitamento destas oportunidades e a expansão do sector petrolífero criarão bases sólidas para o desenvolvimento de uma indústria bem-sucedida, de exportação e de prestação de serviços, com um sector privado maduro e em crescimento.

Timor-Leste está totalmente empenhado em que os rendimentos, provenientes dos seus recursos petrolíferos sejam plenamente transparentes, para que todos possam ver o retorno financeiro, a movimentação de fundos públicos e o retorno de investimentos do fundo petrolífero. Este compromisso será demonstrado através da manutenção dos actuais arranjos do Fundo Petrolífero, bem como da adesão a mecanismos internacionais de transparência, tais como a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE). Timor-Leste é a terceira Nação do mundo, e a primeira da Ásia, a assinar e a cumprir totalmente com a ITIE. Isto reflecte o compromisso do país com a transparência absoluta em contabilizar publicamente cada dólar pago pelas empresas petrolíferas a operarem em Timor-Leste e cada dólar que chega ao governo como receita.

Timor-Leste precisa de trabalhar para garantir que os seus cidadãos não só beneficiam das receitas da venda dos recursos petrolíferos, como também participam, administram e trabalham na indústria petrolífera. A riqueza petrolífera confere a Timor uma grande oportunidade para desenvolver uma indústria doméstica forte, na qual os timorenses possam beneficiar de emprego e oportunidades de formação de alto nível.

A fim de permitir a participação plena dos timorenses na construção da indústria petrolífera, o Governo encetou um programa extenso e contínuo de desenvolvimento de recursos humanos. Isto incluirá a formação em áreas essenciais, tais como: geologia, engenharia petrolífera e química, finanças petrolíferas e gestão de negócios e projectos. Esta formação irá ocorrer por via de bolsas de estudo em instituições de Ensino Superior reconhecidas, oportunidades de desenvolvimento profissional para funcionários públicos dentro e fora de Timor-Leste, e colocação de funcionários em empresas internacionais de petróleo e gás.

Adicionalmente, a Faculdade de Engenharia da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, em Hera, oferecerá no futuro um programa de bacharelato em Geologia e Petróleo. Será igualmente desenvolvido um centro de formação, em operações de petróleo e gás, numa Politécnica em Suai. Na área da investigação, será estabelecido o Instituto de Petróleo e Geologia, para administrar dados científicos de actividades de exploração de petróleo e gás e para conduzir investigação e prestar aconselhamento.

Por outro lado, um outro elemento vital da estratégia de desenvolvimento da indústria petrolífera será o estabelecimento de uma Companhia Nacional de Petróleo – TIMOR GAP E.P. (Timor Gás e Petróleo). Esta companhia deverá ser capaz de liderar o desenvolvimento da indústria por via de participação directa, identificação e investimento no sector petrolífero nacional. Será um meio para Timor-Leste ter uma intervenção directa na expansão do sector e para beneficiar desta expansão. A Companhia Nacional de Petróleo empenhar-se-á na capacitação de recursos humanos e na criação de conhecimentos especializados sobre petróleo, de forma a permitir a identificação e participação de timorenses.

Para trazer o desenvolvimento petrolífero para as orla costeira e providenciar dividendos económicos directos, a partir das actividades da indústria petrolífera, serão desenvolvidas infra- estruturas de apoio, na costa Sul de Timor-Leste. Este desenvolvimento será liderado pelo **Projecto Tasi Mane**, um projecto plurianual que visa a criação de três pólos industriais na costa Sul, os quais irão formar a espinha dorsal da indústria petrolífera de Timor-Leste. O projecto envolverá o desenvolvimento de uma zona costeira de Suai a Beço e garantirá a existência das infra-estruturas necessárias para suportar uma indústria petrolífera doméstica em crescimento. O Tasi Mane incluirá o agrupamento da Plataforma de abastecimento de Suai, o agrupamento da Refinaria e Indústria Petroquímica de Betano e o agrupamento da Instalação de GPL de Beço.

Mapa 3 - Desenvolvimento Sector Petrolífero



O investimento alargado, por parte do sector público, irá estabelecer uma **base logística para o sector petrolífero em Suai**. A base permitirá à costa Sul desenvolver um sector petrolífero nacional, juntamente com indústrias e empresas relacionadas e de apoio. Oferecerá um ponto de entrada para o material e equipamentos, que serão necessários para construir as infra-estruturas e instalações da indústria petrolífera. Pretende-se que Suai se torne um centro para a indústria petrolífera em Timor-Leste, no fornecimento de serviços, logística, fabricações e recursos humanos.

O investimento público será usado para construir:

- ◆ Um porto marítimo em Kamanasa, Suai, incluindo parque de contentores, área logística de armazenamento, escritórios e instalações de armazenamento de combustível.
- ◆ Um complexo habitacional em Kamanasa.
- ◆ Uma indústria metalúrgica.
- ◆ Instalações de construção e reparação de embarcações.
- ◆ Aeroporto do Suai reabilitado.

A Plataforma de Abastecimento de Suai irá tornar-se uma base industrial nacional e uma plataforma logística para impulsionar a criação de emprego e o desenvolvimento económico na costa Sul. Irá igualmente apoiar o estabelecimento de centros petrolíferos em Betano e Beço.

O **Agrupamento de Betano** consistirá num parque industrial onde serão localizadas uma refinaria e instalações da indústria petroquímica, juntamente com uma cidade administrativa da indústria petrolífera. A cidade providenciará habitação e serviços sociais e formará uma nova base de emprego na costa Sul.

O estabelecimento de um centro de refinaria e indústria petroquímica será concretizado através de cooperação entre o sector público e o sector privado. A Companhia Nacional de Petróleo de Timor-Leste terá um papel fundamental neste desenvolvimento. A fase inicial consistirá no estabelecimento de uma refinaria com capacidade para 30.000 barris por dia, podendo aumentar este número de forma progressiva até 100.000 barris por dia, à medida que a indústria petroquímica for crescendo. As necessidades domésticas a nível de combustível, tais como gasóleo, gasolina, combustível para aviões e asfaltos serão cobertas por esta refinaria. Adicionalmente, muitos produtos da refinaria serão exportados de modo a aumentar o comércio de produtos de petróleo e de gás.

O agrupamento da **Instalação de GPL de Beço** será a área aonde o gasoduto de gás natural chega a Timor-Leste e na qual será localizada a instalação de GPL para processar o gás. O agrupamento incorporará o complexo da instalação de GPL e os desenvolvimentos de Nova Beço e Nova Viqueque. O aeroporto, existente em Viqueque, será renovado com capacidade para operar como um aeroporto de chegada e saída para operadores da instalação de GPL, servindo igualmente como aeroporto regional.

A primeira fase do desenvolvimento da instalação de GPL será o estabelecimento de uma capacidade de produção de 5 milhões de toneladas por ano (MTPA) ou um compressor, capacidade esta que poderá ser alargada, no futuro, para até 20 milhões de toneladas por ano (MTPA) ou 4 compressores.

Será construída uma estrada entre Suai e Beço para ligar os três agrupamentos e apoiar o crescimento da indústria petrolífera. Esta estrada será construída por etapas. Cada etapa será desenvolvida de acordo com a necessidade económica e o crescimento da indústria. O projecto terá início até 2015 e estará concluído o mais tardar até 2020.

O Projecto Tasi Mane será conduzido ao longo de um período de vinte anos e envolverá quatro etapas, com a primeira etapa a arrancar imediatamente. As quatro etapas são as seguintes:

- ◆ **1ª Etapa: 2011-2013:** Esta etapa englobará o arranque da primeira fase da Plataforma de Abastecimento de Suai, que incluirá a construção de um porto marítimo, com um quebra-mar, na área de Kamanasa, armazéns, escritórios e serviços, juntamente com a reabilitação do aeroporto de Suai e a reabilitação de estradas de ligação na área de Suai - Kamanasa.
- ◆ **2ª Etapa: 2013-2016:** Esta etapa englobará a conclusão da primeira fase da Plataforma de Abastecimento de Suai e o arranque da segunda fase, que incluirá a extensão do quebra-mar para cobrir uma área de ancoradouro mais protegida, para dar resposta ao aumento esperado na procura de transportes comerciais. A construção da nova cidade de Suai começará a providenciar habitação e alojamento para trabalhadores. A construção da primeira fase do projecto da refinaria, com capacidade para 30.000 barris por dia, terá início em Betano. A construção da estrada entre Suai e Betano começará durante esta etapa, assim como a primeira fase do desenvolvimento de Nova Betano.
- ◆ **3ª Etapa: 2017-2023:** Esta etapa incluirá a conclusão da primeira fase do projecto da refinaria e a extensão da auto-estrada entre Betano e Beaço. A instalação de GPL, Nova Viqueque e Nova Beaço serão construídas e o aeroporto regional de Viqueque será renovado e alargado.
- ◆ **4ª Etapa: 2024-2030:** Esta etapa inclui a terceira fase da Plataforma de Abastecimento de Suai; a segunda e terceira fases da cidade de administração petrolífera; o crescimento continuado de indústrias petroquímicas; e a continuação da expansão da instalação de GPL para acomodar compressores adicionais caso sejam feitas novas descobertas de gás.

1.5. Quadro Macro-económico

1.5.1. Procura, Produção e Preços

Os novos valores do PIB não-petrolífero calculados no âmbito das novas Contas Nacionais vieram confirmar o bom comportamento desta variável desde 2007, apresentando consistentemente este agregado ao longo destes cinco anos taxas de variação anual (em termos reais) próximas ou acima dos 10%.

A nova decomposição sectorial do produto, permitindo individualizar mais adequadamente o valor acrescentado pela administração pública (bem como o papel dos gastos públicos na ótica da despesa), fundamenta a revisão em alta do produto não-petrolífero dos anos anteriores. Embora não existam ainda valores estimados para 2011 segundo a mesma metodologia, quer a Direção Nacional de Estatística (responsável pela elaboração das Contas Nacionais), quer o Fundo Monetário Internacional, admitem que o crescimento do PIB não-petrolífero em 2011 tenha sido de 10.6%

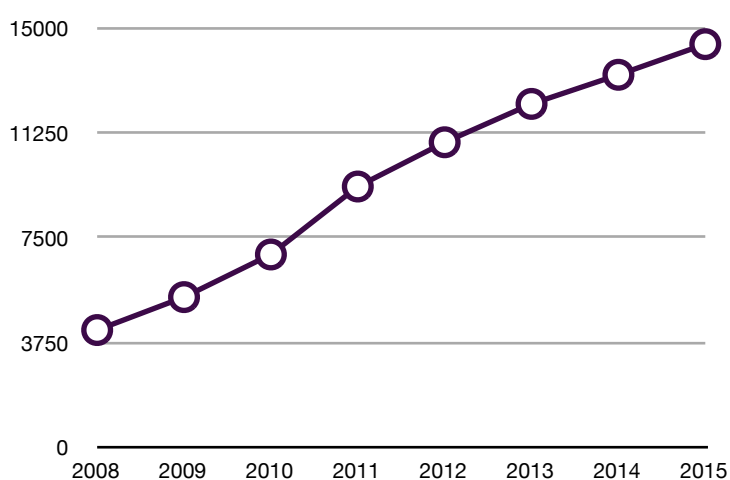
Tabela 3 - Principais Indicadores Económicos

	2009	2010	2011 Est.	2012 Prog.
PIB Real não Petrolífero (t.v.a)	12,8	9,5	10,6	10,0
Inflação (t.v.a. média)	0,7	6,8	13,5	8,0
Massa Monetária (t.v.a)	40,3	9,9	9,3	
Balança Corrente (% PIB não petrolífero)	166,8	193,9	226,2	141,6
Saldo Orçamental (% PIB não petrolífero)	169,4	183,9	216,0	44,1
Receitas Petrolíferas (% PIB não petrolífero)	233,7	265,1	309,4	225,4
Fundo Petrolífero (% PIB não petrolífero)	682,2	788,9	883,3	742,8
Dívida Pública (% PIB não petrolífero)	0,0	0,0	0,0	3,4

Fonte: BCTL, Ministério do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI

Em relação ao ano de 2012, prevê-se que a variação real do PIB não-petrolífero se tenha situado em torno dos 10%, admitindo-se que o PIB total (incluindo a produção petrolífera) possa apresentar uma ligeira queda. Esta eventualidade decorre de uma estimativa muito conservadora da evolução previsível do valor da produção petrolífera (que representa cerca de 3 vezes o nível do produto não-petrolífero). Com efeito, o valor registado pelos ativos do Fundo Petrolífero no final de junho de 2012 apresentava já um crescimento de 14% face ao final de 2011 (variação de USD 1.3 mil milhões durante o primeiro semestre de 2012), enquanto inicialmente se admitia que o mesmo não se alterasse em 2012 (decorrendo da premissa das transferências para financiamento das despesas orçamentais virem a ser grosso modo equivalentes às novas entradas e aos rendimentos do Fundo).

Gráfico 2 Saldo do Fundo do Petróleo (milhões USD)



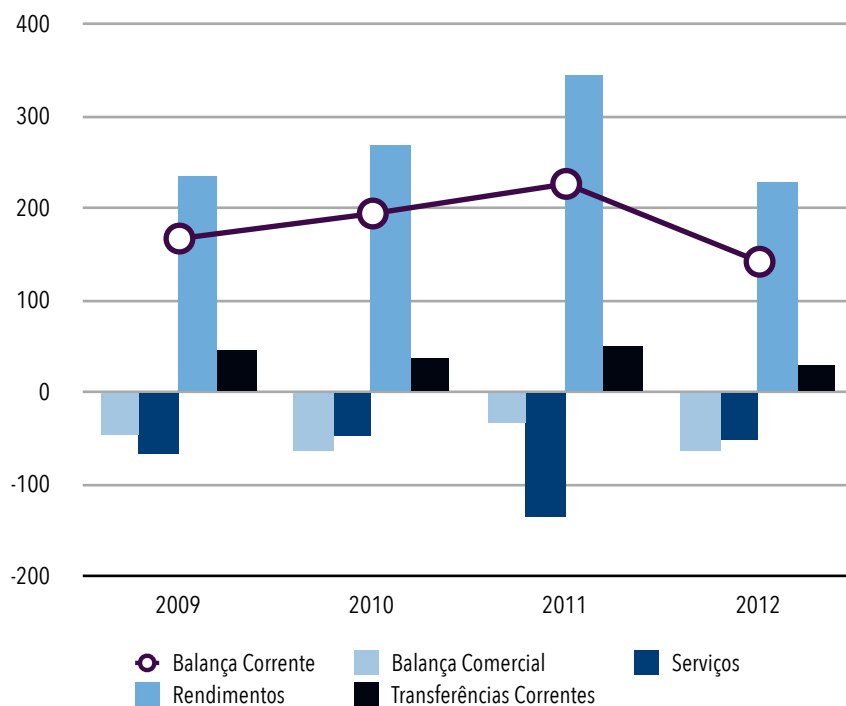
O sector da construção deverá continuar a manter a sua tendência de elevado dinamismo, dada a relevância que tem vindo a ser concedida aos investimentos em obras públicas, entre as quais se destaca a nova central elétrica de Hera, que em princípio virá dar resposta às crónicas carências de produção e distribuição de energia elétrica na região central do país (nomeadamente na capital). No entanto, a elevada componente importada destes projetos de investimento (nomeadamente equipamentos) e mesmo a necessidade de recorrer a mão-de-obra externa (para funções tecnicamente mais exigentes) determina que o grande esforço de investimento não tenha a mesma expressão em termos de valor acrescentado nacional.

Esta situação ilustra claramente os constrangimentos decorrentes da escassa capacidade de absorção da economia interna, que dão origem a que grande parte do estímulo induzido pelas despesas públicas se traduza essencialmente em drenagem de recursos para o exterior. Aos constrangimentos associados à reduzida dimensão da economia e à debilidade do tecido empresarial, somam-se as limitações em termos de recursos humanos qualificados, bem como um enquadramento jurídico-administrativo ainda pouco propício ao desenvolvimento da atividade económica.

Os anos de 2011 e 2012 revelaram-se muito contrastantes em termos de comportamento da inflação. Ao longo de todo o ano de 2011 os preços no consumidor apresentaram uma trajetória de forte crescimento, dando origem a que a inflação no final desse ano atingisse os valores mais elevados dos últimos dez anos. As taxas de variação dos preços no final do ano (taxa homóloga: 17.4%; taxa média anual: 13.5%) superaram os valores registados nos anteriores episódios inflacionários de 2006/07 (período de conturbações sociopolíticas) e da primeira metade de 2008 (quando refletiram a subida acentuada dos preços internacionais dos bens alimentares e energéticos).

Pela primeira vez em 2011, terão sido fatores predominantemente internos, nomeadamente a expansão significativa das despesas públicas, que foram determinantes no comportamento da inflação. Com efeito, a maior contribuição para a variação de preços adveio dos bens e serviços de natureza não- transacionável (nomeadamente os bens alimentares perecíveis, como os vegetais e a carne).

Gráfico 3 - Evolução Balança Corrente (em % PIB n.p)



Já em 2012 a inflação revelou um comportamento mais moderado, como o atesta o valor reduzido da inflação acumulada até ao final de agosto - somente 3.3% , reflexo de um bom início do ano do ponto de vista agrícola e da inversão do comportamento das despesas públicas (nomeadamente no domínio dos investimentos) nos primeiros meses de 2012. Registe-se que estes valores para a inflação resultam da utilização do cabaz de consumo estimado (para a cidade de Díli) no ano de 2001, portanto refletindo padrões de consumo muito diferentes dos atuais, pelo que será desejável a rápida introdução de um novo índice de preços já baseado no inquérito às despesas das famílias realizado em 2011.

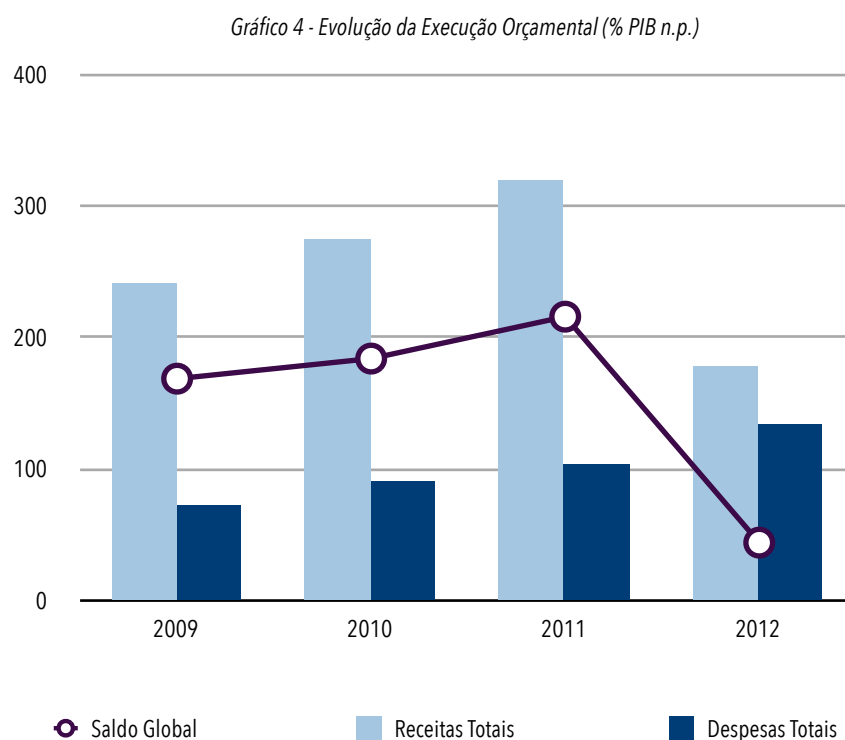
1.5.2. Finanças Públicas

O papel dos rendimentos decorrentes da exploração offshore de recursos energéticos (petróleo e gás natural) tem um peso determinante na esfera das finanças públicas, garantindo uma situação de desafio orçamental. Com efeito, estes rendimentos representam cerca de trinta vezes o montante arrecadado internamente sob a forma de receitas do Estado (USD 3.3 mil milhões de receitas petrolíferas e USD 108 milhões de receitas domésticas em 2011).

Tabela 4 - Execução Orçamental (em % PIB não petrolífero)

	2009	2010	2011 Est.	2012 Prog.
Receitas Totais	241,6	275,1	319,7	177,8
- Receitas Internas	7,5	9,6	10,3	10,9
- Receitas Petrolíferas	234,1	265,5	309,4	166,9
Despesas Totais	72,7	90,9	103,6	133,7
- Despesas Correntes	46,2	60,3	47,5	57,2
- Despesas de Investimento	26,5	30,6	56,1	76,5
Saldo Global (base caixa)	168,9	184,2	216,1	44,1

Fonte: BCTL e FMI



O valor destas receitas petrolíferas é canalizado para o Fundo de Petróleo, a partir do qual são efetuadas transferências para efeitos de cobertura das despesas do Estado, observando os requisitos estipulados na lei que determina a forma de utilização destes recursos, na qual se privilegia a equidade intergeracional.

Para o ano de 2011 estavam inicialmente orçamentadas transferências desta natureza no montante de USD 734 milhões mas vieram a concretizar-se saques do Tesouro ao Fundo do Petróleo no valor total de USD 1.1 mil milhões.

Esta necessidade de recorrer de forma mais acentuada a estes recursos decorreu das significativas revisões orçamentais operadas do lado da despesa, nomeadamente na componente de investimento público, para onde estava inicialmente previsto um valor de USD 355 milhões (OGE-2011, aprovado em 2010), mas que na realidade ascendeu a USD 592 milhões. Já as despesas correntes ficaram algo aquém dos valores previstos nas últimas revisões do orçamento, nomeadamente a componente de transferências e subsídios.

A decomposição das receitas públicas internas revela o progressivo peso relativo dos impostos indiretos, que representam atualmente quase o dobro dos impostos diretos, enquanto ainda há três anos atrás eram sensivelmente iguais. No seu conjunto, estas receitas internas têm vindo a crescer em relação ao PIB não-petrolífero, mas ainda representam pouco mais do que 10% do mesmo.

No domínio da gestão das finanças públicas, a ênfase tem vindo a ser conferida ao controle da execução do lado da despesa, nomeadamente no aperfeiçoamento dos sistemas contabilísticos e na eficácia e transparência do sistema de concursos e aquisições públicas, com o intuito de estabelecer mecanismos eficientes e pouco suscetíveis a práticas de corrupção e garantir um grau de execução elevado (nomeadamente nas despesas de capital, as quais têm crescido significativamente desde 2007).

Em 2011 os níveis de execução orçamental registaram os valores de 86.9% para as despesas correntes e de 81.1% para as despesas de investimento, ligeiramente inferiores aos do ano anterior.

O volume de receitas públicas totais orçamentadas para 2012 apresentou uma redução face ao valor de 2011, o que decorre de uma estimativa muito conservadora para as receitas petrolíferas (redução de quase 36% face ao ano anterior). O comportamento dos preços dos bens energéticos (e mesmo o valor já arrecadado destas receitas durante o primeiro semestre) contrariava no entanto esta perspetiva, admitindo-se atualmente que estas receitas se tenham situado a níveis idênticos aos de 2011.

As despesas orçamentadas para 2012 apresentam vultuosos crescimentos face aos valores efetivos de 2011 (+41% no caso das despesas correntes e + 62% nas de investimento, ambos em termos nominais), o que (face às previsões iniciais para as receitas) obviamente dá origem a um valor estimado para o saldo orçamental muito reduzido face aos anos anteriores (USD 552 milhões, equivalente a 44.1% do PIB não petrolífero, enquanto em 2011 o mesmo saldo terá atingido 216% do mesmo agregado).

Como se referiu anteriormente, é no entanto provável que o valor real das receitas venha a ser bem mais elevado e portanto o saldo orçamental a ser apurado em 2012 não seja tão penalizado quanto se admite no documento orçamental.

1.5.3. Contas Externas

Os rendimentos provenientes da atividade petrolífera continuaram a ser determinantes no comportamento agregado das contas externas, apesar do aumento das importações de bens e serviços. As receitas petrolíferas aumentaram USD 980 milhões face ao ano precedente e consequentemente o saldo da balança corrente também aumentou significativamente, ascendendo em 2011 a cerca de USD 2.4 mil milhões, equivalente a mais de duas vezes o valor do PIB não petrolífero. Refira-se que ainda não está disponível no âmbito das Contas Nacionais a estimativa do valor as exportações de gás e petróleo para 2011, pelo que o grande impacto deste sector a nível das contas externas ainda é expresso estritamente como fluxo de rendimentos.

Tabela 5 - Balança de Pagamentos (em % PIB não petrolífero)

	2009	2010	2011 Est.	2012 Prog.
Balança Corrente	166,8	194,0	226,2	141,6
- Balança Comercial	-45,8	-63,6	-32,7	-63,6
<i>Exportações</i>	1,2	2,1	3,2	2,6
<i>Importações</i>	47,0	65,7	35,9	66,2
- Serviços (liq.)	-67,0	-46,7	-134,7	-51,2
- Rendimentos (liq.)	234,0	267,6	343,6	227,4
<i>dos quais Rendimentos Petrolíferos</i>	233,7	265,1	307,4	225,3
- Transferências correntes (liq.)	45,6	36,7	50,0	29,0
Balança Capital e Financeira	-166,8	-194,1	-220,9	-128,9
Balança Global	5,0	10,1	5,3	12,8

Fonte: BCTL e FMI

1.6. Comércio Internacional

1.6.1. Exportações

As exportações registadas pelos serviços estatísticos são quase exclusivamente de café e este tem um ciclo de apanha-tratamento-exportação muito "datado" no tempo, concentrando-se essencialmente a exportação no segundo semestre de cada ano.

A exportação total em 2011 foi de cerca de 11,9 milhões de USD, uma queda significativa relativamente ao ano anterior, quando foi de 16 milhões de USD. Isto foi resultado de um ano agrícola fraco.

A um ano menos bom segue-se, normalmente, um ano melhor e é possível que em 2012 o valor da exportação de café venha a aumentar novamente. Dado que este estudo foi elaborado exactamente no início da campanha anual de exportação de café não estão disponíveis informações que confirmem ou infirmem esta previsão. Sabe-se apenas que a produção de café "arábica" este ano foi superior à habitual e que os preços praticados como pagamento aos agricultores têm sido mais elevados que anteriormente.



O principal cliente do café Timorense foi, em 2011, a Alemanha, com 5,6 milhões de USD, suplantando significativamente os Estados Unidos, com 3 milhões, usualmente o principal cliente. Com valores muito inferiores a estes surgem depois a Indonésia e o Japão.

1.6.2. Importações

Por deficiência no sistema de recolha de informação sobre as importações nas Alfândegas de Timor Leste a Direcção Nacional de Estatística não é capaz de fornecer dados exactos sobre as importações do país nos primeiros cinco meses de 2011. Todavia e dado que neste documento centraremos a análise, fundamentalmente, sobre o segundo semestre de 2011 e os meses decorridos de 2012 essa dificuldade não afecta significativamente a análise.

Uma evidência que salta desde logo à vista é o enorme "salto" que os valores dão a partir de Agosto, particularmente nesse mês e no seguinte. A explicação é, sucintamente, a "central eléctrica de Hera" já que foi nesses meses que se concretizaram as importações dos geradores para a referida central (provenientes da Finlândia, atingindo as importações provenientes daquele país, naqueles meses, os valores de 31,1 e 35 milhões de dólares, respectivamente).

Factor importante para a aceleração das importações na segunda metade de 2011 comparativamente com período similar em 2009 e 2010 foi também o grande acréscimo das importações de petróleo, mais uma vez relacionados com a entrada em funcionamento da central térmica de Hera pois a oscilação do preço internacional do petróleo não serve de justificação para o comportamento do valor global das importações e das de petróleo.

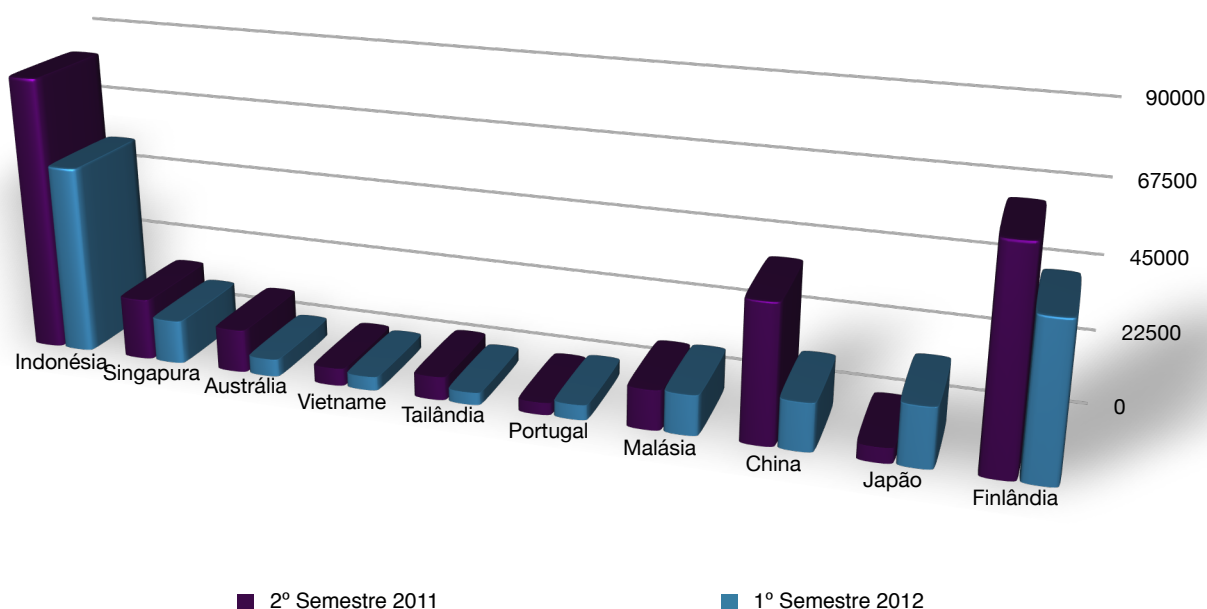
A construção e entrada em funcionamento da central eléctrica de Hera e das linhas de alta tensão que dela partem para abastecer o país de energia são ainda a causa do grande aumento da importação de artigos de ferro e aço. Claro que o aumento da construção civil (incluindo outras infraestruturas e edifícios) um pouco por todo o país é também justificação para o aumento das importações destes tipos de produtos.

Tabela 6 - Importações por País de Origem (2º Semestre 2011 / 1º Semestre 2012)

	2º Semestre 2011		1º Semestre 2012	
	Mil USD	%	Mil USD	%
Indonésia	84 507,0	32,84%	57 882,0	30,78%
Singapura	18 896,0	7,34%	13 364,0	7,11%
Austrália	13 197,0	5,13%	12 885,0	6,85%
Vietname	5 334,0	2,07%	4 167,0	2,22%
Tailândia	7 091,0	2,76%	3 724,0	1,98%
Portugal	3 651,0	1,42%	4 517,0	2,40%
Malásia	12 109,0	4,71%	12 143,0	6,46%
China	41 963,0	16,31%	14 478,0	7,70%
Japão	4 552,0	1,77%	18 004,0	9,57%
Finlândia	66 000,0	25,65%	46 872,0	24,93%
Total	257 300,0	100,00%	188 036,0	100,00%

Fonte: Banco Central de Timor-Leste "Um Ano de Evolução da Economia Nacional 2011-12"

Gráfico 5 - Importações por País de Origem (2º Semestre 2011 / 1º Semestre 2012)



A presença nas estatísticas de informações sobre um empreendimento tão "desequilibrante" das mesmas como a construção da central dificulta a comparação intertemporal dos dados das importações de Timor-Leste. O mesmo se irá verificar no futuro sempre que outras "grandes obras" forem levadas a cabo.

Estes "desequilíbrios" das estatísticas podem verificar-se quer quanto ao tipo de produtos quer quanto aos países.

Quanto aos primeiros, já demos o exemplo do material eléctrico (os geradores instalados na central), da energia (óleo para o funcionamento da central) e o ferro e aço (para as torres de distribuição da energia). Quanto aos segundos é o caso da Finlândia, fornecedora dos geradores da central, que no terceiro trimestre de 2011 se tornou, por via disso, o principal fornecedor do país, com 66 milhões de USD (41,5% das importações no trimestre). A recente chegada de material para a central eléctrica na costa sul “desequilibrou”, mais uma vez, as contas do comércio externo do país, com os seus quase 47 mil milhões de USD (22,7% do total das importações do primeiro semestre, em segunda posição depois dos 28% da Indonésia) concentrados em Junho de 2012. “Desequilíbrios” deste tipo são de esperar que voltem a acontecer no futuro sempre que estiverem em causa “grandes obras” estruturantes da economia nacional.

Esta é a evolução das importações no último ano. Mas talvez mais importante do que isto é colocar as importações (as exportações são, como vimos, quase irrelevantes se pensarmos em termos do produto não petrolífero de Timor-Leste) no contexto das contas nacionais. Estas representaram 141% na média dos anos 2008-10 --- os últimos para os quais há dados oficiais sobre aquelas contas ---, o que diz bem da enorme dependência do país das importações que efectua.

Uma área de actuação da política económica de médio-longo prazos não poderá deixar de ser a redução desta dependência a qual é, afinal, resultado da dependência do país relativamente aos rendimentos petrolíferos.

Mas não esqueçamos que qualquer que fosse a situação, o esforço de desenvolvimento acelerado do país resultaria sempre numa grande dependência das importações.

1.7. Relações Económicas Portugal-Timor-Leste

Os fluxos comerciais de Portugal com Timor-Leste são bastante reduzidos. De 2007 a 2011, as posições de Timor-Leste, como cliente de Portugal, melhoraram até 2009 tendo evoluído no sentido inverso nos dois últimos anos, situando-se no 107º lugar em 2011. Nesse período, este país situou-se acima do 100º lugar apenas em 2009 e 2010. Em 2011, a respectiva quota no total das nossas vendas de bens para o exterior foi de 0,01%, sendo semelhante à registada em 2008.

Em termos de importações, Timor-Leste ficou no 132º lugar no respectivo ranking em 2011, que foi inferior às posições verificadas nos dois anos anteriores. Esse país ocupou nesse período sempre melhores posições como cliente do que enquanto fornecedor de Portugal, tendo sido as de 2007 as piores em ambos os fluxos.

Os valores das exportações portuguesas para Timor-Leste tiveram acréscimos bastante consideráveis em 2009 e 2008 diminuindo em 2010 e 2011 (estas variações percentuais foram de, respectivamente, -27,7% e -26,4%). O respectivo montante em 2009 foi cerca de 9,2 milhões de euros, o maior valor do período em análise, tendo passado em 2011 para, aproximadamente, 4,9 milhões de euros.

De 2007 a 2011, verificou-se uma redução no valor das importações portuguesas de Timor-Leste apenas em 2011 (a variação percentual foi de -8,3%). De referir, no entanto, que nesse período somente em 2010 e 2011 as nossas compras de produtos provenientes de Timor-Leste registaram montantes não inferiores a um milhão de euros.

O saldo da balança comercial bilateral de 2007 a 2011 foi sempre favorável a Portugal, tendo em 2009 e 2010 sido superior a 5 milhões de euros.

O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações apresentou, de 2007 a 2011, valores percentuais que se situaram entre cerca de 400%, em 2008, e mais de 1.000%, em 2009.

De Janeiro a Maio de 2012, as nossas vendas de produtos para Timor-Leste aumentaram 30,3%, tendo as importações diminuído (a variação percentual foi de -83%) face ao período homólogo do ano anterior. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações foi superior a 2.500%.

Tabela 6 - Evolução da Balança Comercial Bilateral (10 000 €)

	2007	2008	2009	2010	2011	2011 Jan/Maio	2012 Jan/Maio
Exportações	1 202,00	2 080,00	9 229,00	6 677,00	4 912,00	1 839,00	2 397,00
Importações	222,00	520,00	911,00	1 119,00	1 026,00	523,00	89,00
Saldo	980,00	1 560,00	8 318,00	5 558,00	3 886,00	1 316,00	2 308,00
Coeficiente Cobertura	542,70%	400,30%	1 013,40%	596,60%	478,50%	351,90%	2 698,00%

Fonte - Instituto Nacional de Estatística
 2007-2009: Resultados Definitivos
 2010 a 2012: Resultados Preliminares

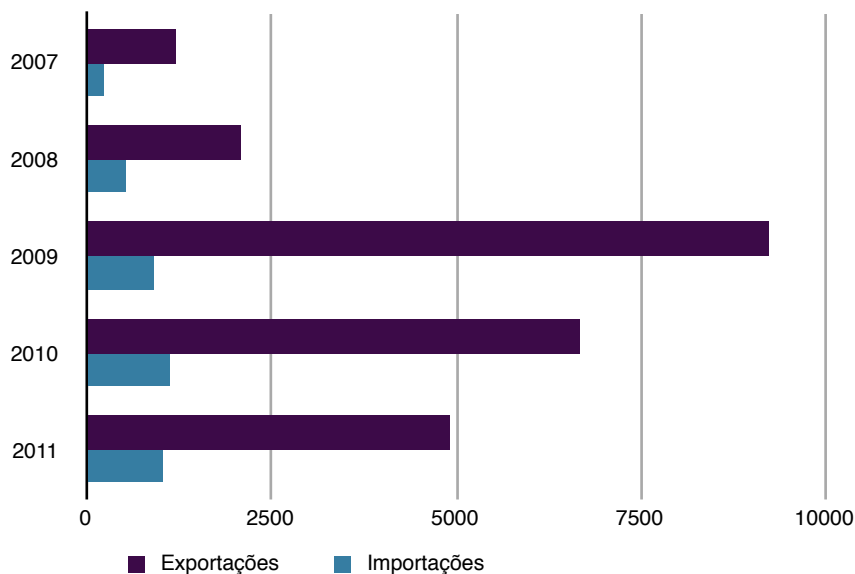
Nas exportações portuguesas para Timor-Leste, em 2011, as máquinas e aparelhos situaram-se na primeira posição, com 42,2% do respectivo montante global. Seguiram-se os produtos alimentares (16,8%), as pastas celulósicas e papel (14%) e os metais comuns (10,2%).

Os quatro primeiros agrupamentos representaram, em conjunto, cerca de 83% das nossas vendas de produtos para esse país nesse ano.

Desses grupos, apenas o valor das máquinas e aparelhos diminuiu em 2011 face ao ano anterior (a variação percentual foi de -52,8%).

Numa análise mais em detalhe, há a referir que os subgrupos referentes a aparelhos eléctricos para telefonia ou telegrafia e videofones e suportes para gravação de som ou semelhantes (excluindo os produtos do capítulo 37) representaram, em conjunto, aproximadamente 51% do valor total de máquinas e aparelhos em 2011.

Gráfico 6 - Evolução da Balança Comercial Portugal - Timor Leste (2007-2011)



Os vinhos representaram cerca de 48% do respectivo montante referente ao grupo dos produtos alimentares.

Aproximadamente 97% do valor do agrupamento de pastas celulósicas e papel nesse ano respeitou ao subgrupo relativo a livros, brochuras e impressos semelhantes.

O subgrupo respeitante a construções e suas partes (etc.) de ferro fundido, ferro ou aço (excluindo os produtos da posição pautal 9406) representou cerca de 58% do montante de metais comuns.

Tabela 7 - Exportações de Portugal para Timor-Leste por Grupo de Produtos (2007 - 2011)

	2007		2010		2011		Variação 10/11
	10 000 €	% Total	10 000 €	% Total	10 000 €	% Total	
Máquinas e Aparelhos	532,0	44,2%	4 385,0	65,7%	2 071,0	42,2%	-52,8%
Alimentares	226,0	18,8%	768,0	11,5%	824,0	16,8%	7,3%
Pastas Celulósicas e Papel	275,0	22,8%	242,0	3,6%	689,0	14,0%	184,7%
Metais Comum	62,0	5,1%	372,0	5,6%	500,0	10,2%	34,4%
Agrícolas	1,0	0,1%	242,0	3,6%	242,0	4,9%	0,0%
Veículos e Outro Mat. Transporte	68,0	5,6%	98,0	1,5%	163,0	3,3%	66,3%
Minerais e Minérios	3,0	0,2%	28,0	0,4%	83,0	1,7%	196,4%
Matérias Têxteis	3,0	0,2%	84,0	1,3%	58,0	1,2%	-31,0%
Plásticos e Borrachas	4,0	0,3%	31,0	0,5%	48,0	1,0%	54,8%
Madeira e Cortiça	0,0	0,0%	62,0	0,9%	42,0	0,9%	-32,3%
Instrumentos de Óptica e Precisão	7,0	0,6%	11,0	0,2%	21,0	0,4%	90,9%
Vestuário	1,0	0,1%	6,0	0,1%	14,0	0,3%	133,3%
Químicos	2,0	0,2%	33,0	0,5%	6,0	0,1%	-81,8%
Peles e Couros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	3,0	0,1%	-
Combustíveis Minerais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	2,0	0,0%	-
Calçado	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,0	0,0%	-
Outros Produtos	16,0	1,3%	315,0	4,7%	146,0	3,0%	-53,7%
Valores Confidenciais	4,0	0,3%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-
Total	1 204,0	100,0%	6 677,0	100,0%	4 913,0	100,0%	-26,4%

Fonte - Instituto Nacional de Estatística

Os produtos classificados como de alta intensidade tecnológica representaram 48,7% das exportações portuguesas para Timor-Leste em 2010 (último ano disponível) de produtos industriais transformados (98,1% das exportações totais). Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica baixa (22,3%), média-alta (20,4%) e média-baixa (8,5%).

Com base nos dados do INE, o número de empresas portuguesas exportadoras de produtos para esse país em 2011 foi de 158, aumentando cerca de 155% relativamente a 2007.

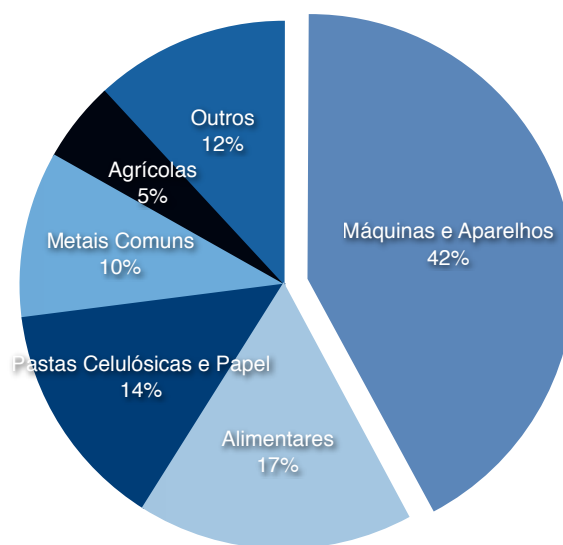
No que se refere às importações portuguesas de Timor-Leste, os produtos agrícolas representaram cerca de 93% do respectivo valor global de 2011.

O valor deste agrupamento diminuiu nesse ano relativamente a 2010 (a variação percentual foi de -7%), tendo-se registado, no entanto, um ligeiro aumento da respectiva quota.

Os montantes das nossas compras de produtos agrícolas provenientes desse país em 2007, 2010 e 2011 respeitaram na totalidade a café.

Com base nos dados do INE, apenas 9 empresas portuguesas efectuaram importações de produtos de Timor-Leste em 2011, sendo um número idêntico ao registado em 2009.

Gráfico 7 - Principais Produtos Exportados por Portugal (2011)



1.8. Exportar e Investir

1.8.1. Regime de Importação

A regulamentação relativa ao Regime de Importação, nomeadamente o quadro legal aduaneiro, tem sido objecto de uma reforma aprofundada por parte do Governo de Timor-Leste, de modo a dotar o país de uma Administração Alfandegária moderna e ágil, quer ao nível dos procedimentos, quer do relacionamento com os agentes económicos. Cabe à Direcção Nacional das Alfândegas, do Ministério das Finanças, garantir o cumprimento das formalidades aduaneiras, exercer acções de controlo sobre as mercadorias e os meios de transporte introduzidos no território e sobre os locais de armazenamento das mercadorias.

A entrada no país de alguns produtos necessita de obtenção de licença de importação: plantas e animais vivos; produtos transformados de origem animal; alguns bens alimentares; cosméticos; máquinas agrícolas; entre outros. As mercadorias importadas no território aduaneiro estão sujeitas às imposições inscritas na Pauta Aduaneira de Timor-Leste (PAT). A Nomenclatura das mercadorias segue o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação das Mercadorias e a tributação compreende – Direitos Aduaneiros de Importação, Imposto Selectivo de Consumo (ISC) e Imposto sobre Vendas.

Sobre a maioria das importações incide uma taxa uniforme de 2,5%, a título de direitos aduaneiros (*ad valorem*, calculados sobre o valor CIF das mercadorias), com excepção de alguns produtos; as importações provenientes das Nações Unidas ou de outras organizações internacionais para fins humanitários, assim como os bens sujeitos a importação temporária, estão isentos de pagamento de direitos aduaneiros.

Para além das tarifas alfandegárias, sobre as importações recaem, ainda: o Imposto Selectivo de Consumo (ex.: cerveja; vinho, vermute e outras bebidas fermentadas; álcool etílico e outras bebidas alcoólicas; tabaco e outros produtos derivados do tabaco; gasolina, gasóleo e outros derivados do petróleo; e barcos de recreio e aviões privados) a taxas variáveis consoante o tipo de produto em causa e o Imposto sobre Vendas (incide sobre o valor aduaneiro dos bens, acrescido dos Direitos Aduaneiros de Importação e do Imposto Selectivo de Consumo – caso tenha aplicação) à taxa de 2,5%. Importa referir que as pessoas colectivas que comprem mercadorias podem beneficiar do Regime de Entreposto Aduaneiro, sendo-lhes permitido importar e armazenar os bens em regime suspensivo, só pagando os impostos devidos no momento da sua introdução em consumo, à saída do entreposto aduaneiro e nos termos e nas condições previstas na lei.

Quanto aos documentos de acompanhamento das mercadorias mencionam-se os fundamentais: factura comercial (com designação genérica das mercadorias e indicação do respectivo valor); certificados sanitários e fitossanitários; certificados de qualidade; documentos de transporte; entre outros. A origem das mercadorias será justificada mediante a apresentação de um certificado de origem ou documento equivalente, sempre que solicitado. Os bens introduzidos no território aduaneiro são, a partir desse momento, passíveis de controlo e podem ser submetidos à fiscalização alfandegária. O Ministério das Finanças sugere uma lista de despachantes aduaneiros que integra os seguintes operadores:

Tabela 8 - Despachantes Aduaneiros Sugeridos pelo Ministério das Finanças

Nome	Endereço	Telefone	Email
Agência Ariana Oceano	Rua Bairro Pite, Dili	332 2109	Ariana_oceano@yahoo.com
Crocodile Line	Rua Pantai Kelapa, Dili	331 0897	
Culu-Hun Diak	Farol, Dili	726 6992	
D&N Mover UNIP., Lda	Rua Beto Timor, Comoro, Dili	725 9711	
DHL Express Lda	Rua Estrada de Balide, Colmera Plaza, Dili	331 1567	Romeo.dossantos@dhl.com
Domi-Huhun	Farol-Motael, Dili	727 6063	
JVK-Naga Movers ET	Vila Verde, Dili	723 5784	
Kaye Freight and Moving Service	Rua Bairro Pite, Dili	725 0987	KayeService@yahoo.com
Lita Store	Avenida Marechar Carmona, Dili	724 2536	
Loro Sa'e Agent	Dili Airport	724 5207	
Maritime Service Agent	Rua Bairro Pite, Dili	725 0987	
Naroman Agencia Lda	Rua Bairro Pite, Dili	723 8974	
PT Bin Nai Lama	Bemori, Dili	734 7620	liputdili@yahoo.com
SDV Logistica Timor-Leste	Bairro dos Grilos, Dili	723 0571	
Sea Vision Transportation	Colmera, Dili	331 0890	seavision_dili@yahoo.com
Tilman Brothers	Rua Jacinto Candido, Bairro Central, Dili	726 5011	N.tilmanbros@yahoo.com

Fonte: Ministério das Finanças de Timor-Leste

O Ministério das Finanças sugere, igualmente, um conjunto de agências de navegação que operam no território nacional:

Tabela 9- Agências de Navegação Sugeridas pelo Ministério das Finanças

Nome	Endereço	Telefone
Ariana Oceano Agency	Rua dos Mártires da Pátria, Bairro Pite, Dili	723 8766
Atauro Express Agency	Dili Port	732 1972
SDV Logística Internacional	Avenida Nicolau Lobato, Bairro dos Grilos, Dili	723 0517
Agência Crocodilo	Rua De Un'U Laran, Bairro dos Grilos, Dili	331 0897
Agência Bequeli Oceano, Lda.	Rua Vila Verde, Dili	723 1888
Agência de Serviços Marítimos	Rua Aimutin Comoro	725 0987
Agência Beethoven Line	Rua Bairro Pite	723 7197

Fonte: Ministério das Finanças de Timor-Leste

Informação particularmente relevante é a que remete para os bens isentos de imposto na importação:

- ◆ **Remessa de valor insignificante** - As mercadorias de valor insignificante são bens que não excedam os USD\$10 (dez dólares americanos) por remessa.

- ◆ **Remessas enviadas de indivíduo para indivíduo** - Bens de natureza não comercial, como por exemplo bens enviados de um emissor para um receptor e cujo valor comercial não exceda os USD\$50 (cinquenta dólares americanos) por remessa.
- ◆ **Públicos ou estabelecimentos de entidade pública ou organismo** - Instrumentos científicos, objectos, equipamentos e outros instrumentos de carácter educativo, cultural ou pedagógico destinados ao benefício público ou de estabelecimentos de entidade pública ou de organizações, beneficiam de isenção de impostos desde que tais entidades sejam legalmente reconhecidas e as importações são autorizadas pelo Ministro das Finanças, ou por uma outra entidade com delegação para tal.
- ◆ **Investigação médica, diagnóstico e tratamento** - Instrumentos e dispositivos destinados para investigação médica, diagnóstico ou para tratamento médico oferecido gratuitamente por organizações com fins filantrópicos ou por um indivíduo para organizações de saúde, para serviços dependentes de hospitais.
- ◆ **Para a reabilitação das pessoas com deficiência visual e outras deficiências** - Objectos desenvolvidos especialmente para a promoção educativa, científica ou cultural para os deficientes visuais são admitidos como importação isentos de imposto, desde que tal intenção é certificada pelo Ministério da Saúde. Material impresso e livros em Braille têm uma isenção simplificada. Objectos desenvolvidos especialmente para a promoção educativa, científica ou cultural para os deficientes visuais.
- ◆ **Objectos destinados a outras pessoas com deficiência** - Objectos especialmente desenvolvido para a promoção do emprego, educação e social das pessoas com deficiências físicas ou mentais, que não são deficientes visuais no momento em que são importados, são admitidos como importação isenta de impostos quando forem importados.
- ◆ **Mercadorias enviadas para as vítimas de catástrofes** - Bens a ser distribuído gratuitamente às vítimas de catástrofes que assolam o país.
- ◆ **Condecorações e recompensas concedidas para fins nobres** - As condecorações concedidos por governos estrangeiros para as pessoas que residem no país. Os troféus, medalhas e objectos semelhantes com carácter essencialmente simbólico, que são galardoados em um país estrangeiro para as pessoas que residem no país em homenagem a uma atividade desenvolvida nas áreas como as artes, ciências, desporto, serviço público, ou em reconhecimento dos seus méritos durante uma ocasião especial e importados por essas mesmas pessoas.
- ◆ **Publicações Não-comerciais** - As seguintes publicações são admitidos com direitos de importação isentos de impostos, contanto que lidam com actividades ocasionais, sem qualquer natureza comercial: os prospectos, brochuras, livros, revistas, guias, mapas ou fotos destinadas à promoção do turismo nacional; as publicações de governos estrangeiros e organizações internacionais para distribuição gratuita, bem como os documentos enviados gratuitamente aos serviços públicos

1.8.2. Investimento Estrangeiro

Com vista a estabelecer condições mais favoráveis e atractivas para os investidores, assegurando-lhes um conjunto de direitos e garantias no acesso à actividade económica, independentemente da nacionalidade do promotor, o Governo de Timor-Leste aprovou, a 11 de Maio de 2010, em reunião de Conselho de Ministros extraordinário, a Proposta de Lei do Investimento Privado. O projecto foi submetido ao Parlamento Nacional, para apreciação, e foi aprovado a 12 de Setembro de 2011; A respectiva publicação, no Jornal da República, ocorreu a 28 do mesmo mês.

O novo quadro jurídico do Investimento Privado (Lei n.º 14/2011), em vigor desde 29 de Setembro, não faz distinção entre investimento interno e externo, ao contrário do que sucedia com a anterior Lei de 2005, entretanto revogada, dispondo que o investimento se pode destinar a todas as actividades, excluindo-se 3 áreas: prospecção, pesquisa e produção de petróleo e gás natural (assim como a área da indústria extractiva de recursos minerais); comercialização da propriedade imobiliária; e venda directa de bens e equipamentos ao consumidor final.

O investimento pode revestir as seguintes formas: estabelecimento de uma empresa de acordo com a legislação local; aquisição de partes ou totalidade das participações sociais de uma empresa ou participação no aumento do seu capital; celebração e alteração de contratos de consórcio, associações em participação, joint-ventures e qualquer outra forma de

contrato de associação permitida; celebração e alteração de contratos envolvendo a propriedade ou a gestão de empresas ou estabelecimentos; empréstimos ou prestações suplementares de capitais efectuados por um investidor a uma empresa onde participe ou quaisquer empréstimos relacionados com reinvestimento na empresa ou participação nos lucros; compra, arrendamento ou aquisição de quaisquer outros direitos reais sobre bens imóveis em território nacional, quando tal aquisição se integre em projectos de investimento privado.

Os valores mínimos de investimento ou reinvestimento, para efeito de atribuição do Certificado de Investidor (documento comprovativo dos direitos e deveres do promotor) com acesso aos incentivos e benefícios previstos na referida lei, são:

- ◆ USD 50.000 para o investidor nacional residente (a percentagem efectuada em moeda deve ser de, pelo menos, 10% em relação ao valor total do investimento/reinvestimento);
- ◆ USD 1,5 milhões para o investidor estrangeiro ou nacional não residente (a percentagem efectuada em moeda deve ser de, pelo menos, 50% em relação ao valor total do investimento/reinvestimento);
- ◆ USD 750.000 para o investimento ou reinvestimento detido em 75% por nacionais residentes (nos casos de contratos de associação entre promotores estrangeiros e nacionais residentes).

No que respeita aos direitos e garantias são assegurados:

- ◆ Igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, excepto quanto aos valores mínimos de investimento e propriedade da terra;
- ◆ Direito de acesso aos tribunais (novo face à lei anterior);
- ◆ Defesa da propriedade privada (de acordo com os limites constitucionais previstos);
- ◆ Direito de importação e exportação de bens e equipamentos (novo face à lei anterior);
- ◆ Direito de recurso ao crédito interno e externo (novo face à lei anterior);
- ◆ Direito de transferência de fundos para o estrangeiro (lucros e dividendos, rendimentos, capital, etc.);
- ◆ Direito de contratação de trabalhadores estrangeiros;
- ◆ Protecção de direitos de propriedade intelectual (novo face à lei anterior);
- ◆ Direito ao sigilo profissional, bancário e comercial (novo face à lei anterior).

Relativamente aos incentivos o legislador estabeleceu um escalonamento de áreas geográficas de investimento, por forma a favorecer o desenvolvimento económico das chamadas "Zonas Especiais" (Zonas Rurais e Zonas Periféricas). Assim, o investidor beneficia, também, do direito a isenção total do imposto sobre o rendimento, sobre as vendas e serviços e o pagamento de direitos aduaneiros na importação durante um período de 5 anos em Díli e Baucau, 8 anos nas Zonas Rurais e 10 anos nas Zonas Periféricas.

Quanto ao arrendamento de imóveis ao Estado a duração máxima é de 50 anos, renováveis por igual período, uma única vez (novidade face ao regime anterior).

Em termos de estrutura organizacional de acompanhamento dos projectos, cabe ao Estado criar uma Agência Especializada de Investimento, responsável pela: promoção e registo do investimento privado; promoção das exportações; centralização do procedimento administrativo tendente à concessão do Certificado de Investidor aos projectos de investimento ou reinvestimento autorizados nos termos da lei e segundo procedimento administrativo próprio a definir por Decreto do Governo. Uma vez autorizado o projecto de investimento, este deverá ser objecto de registo na referida Agência.

No que respeita ao estabelecimento de uma sociedade, a legislação timorense consagra o mesmo tipo de sociedades comerciais que o direito português, sendo as mais comuns as sociedades por quotas e as sociedades anónimas. O promotor externo também pode optar pela abertura de uma sucursal.

Neste contexto, importa referir que o Governo criou, em 2011, a Companhia de Investimento de Timor- Leste, CITL, S. A., que tem por objecto promover o desenvolvimento das actividades comerciais no país e contribuir para o crescimento da riqueza nacional.

Com vista a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre os dois países, foi assinado entre Portugal e Timor-Leste o Acordo de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos, que entrou em vigor a 7 de Abril de 2004.

1.9. Ambiente de Negócios

Timor-Leste continua a ocupar um modesto 169º lugar no ranking da edição 2013 do *"Doing Business"*, publicação anual do Banco Mundial sobre o ambiente de negócios em 185 países.

É a expressão do muito que está por fazer para tornar Timor-Leste num destino atractivo para os investidores globais. Contudo, o enorme potencial de crescimento e políticas de longo-prazo que parecem apontar na direcção do desenvolvimento sustentável, configuram oportunidades futuras particularmente interessantes.

Mas analisemos a situação presente, de acordo com os critérios fixados pelo Banco Mundial.

A **constituição de uma empresa** em Timor-Leste envolve 8 procedimentos que se prolongam por aproximadamente 3 meses, tendo um custo total ligeiramente superior a USD 100:

Tabela 10 - Procedimentos de Constituição de uma Empresa

	Procedimento	Duração (Dias)	Custo (USD)
1	Depósito Capital Mínimo no Banco	1	0
2	Verificar Elegibilidade Designação Social, Registo Designação e Depositar Estatutos no Ministério Justiça	21	0
3	Publicar Estatutos no Diário da República	30	0
4	Obter Número de Identificação Fiscal	7	0
5	Notificar Departamento de Trabalho	2	0
6	Solicitar Licença Temporária no Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	21	105
7	Obter Carimbo de Empresa	2	10
8	Obter Matrícula do Comércio (Definitiva)	10	0
Total		94	115

Fonte: *Doing Business 2013*

Como respeito à **obtenção de alvarás de construção**, o mesmo envolve 19 passos e um custo de USD 550 .

Tabela 11- Procedimentos Obtenção Alvará de Construção

	Procedimento	Duração (Dias)	Custo (USD)
1	Solicitar uma carta de "não objecção" do Departamento de Terras e Propriedade	1	0
2	Receber um certificado de inspecção do Departamento de Terras e Propriedade	1	0
3	Obter uma carta de "não objecção" do Departamento de Terras e Propriedade	45	0
4	Obter aprovação do projecto por parte do Departamento de Ambiente e Desenvolvimento (*)	30	0
5	Apresentar candidatura à obtenção da autorização de construção	1	0
6	Receber inspecção do Gabinete de Obras Públicas	1	0
7	Obter autorização de construção	88	0
8	Receber inspecção dos trabalhos de escavação	1	0
9	Receber inspecção dos trabalhos de fundação	1	0
10	Receber inspecção dos trabalhos em betão	1	0
11	Receber inspecção do trabalho	1	0
12	Receber inspecção final	1	0
13	Obter aprovação do projecto por parte do Departamento de Obras Públicas e do Município	14	0
14	Solicitar ligação à rede de água e saneamento (*)	1	0
15	Receber inspecção dos serviços de água e saneamento	1	0
16	Obter ligação à rede de água e saneamento	50	500
17	Solicitar linha telefónica à Timor Telecom (*)	1	0
18	Receber inspecção da Timor Telecom	1	0
19	Obter linha telefónica (*)	30	50
Total		238	550

Fonte: Doing Business 2013

(*) Têm lugar em simultâneo com outras actividades

A **ligação à rede de electricidade**, por seu turno, envolve somente 3 procedimentos (um das áreas em que Timor se situa ao nível dos países mais competitivos do mundo) que decorrem ao longo de somente dois meses.

Tabela 12 - Procedimentos para Ligação à Rede Eléctrica

	Procedimento	Duração (Dias)	Custo (USD)
1	Solicitar ligação à EDTL e aguardar por estimativa do custo de ligação	28	600
2	Inspecção de certificação	14	0
3	Trabalhos de Ligação e Conexão Final	21	23
Total		63	623

Fonte: Doing Business 2013

A **obtenção de crédito** é avaliada de acordo com dois índices complementares, o índice de eficiência dos direitos legais e o índice de alcance da informação de crédito.

Tabela 13 - Índice de Alcance da Informação de Crédito

	Índice de Alcance das Informação de Crédito (0-6)	Registo Público	Pontuação
1	Dados de empresas e particulares são distribuídos?	Sim	1
2	Quer os dados positivos bem como os negativos são distribuídos?	Não	0
3	O Registo Público disponibiliza informação de crédito de comerciantes, empresas de utilities bem como de outras instituições financeiras?	Não	0
4	Séries históricas com mais de 2 anos sobre informação de crédito são distribuídas?	Não	0
5	É disponibilizada informação sobre todos os empréstimos que representam mais de 1% do rendimento per capita?	Sim	1
6	Os mutuários podem consultar os dados contidos no Registo Público e a si relativos?	Sim	1
			3

Fonte: Doing Business 2013

Tabela 14 - Índice de Eficiência dos Direitos Legais

	Índice de Eficiência dos Direitos Legais (0-10)	Situação Timor	Pontuação
1	Qualquer empresa poderá usar bens móveis como garantia e, ao mesmo tempo, manter a posse dos bens e qualquer instituição financeira poderá aceitar esses bens como garantia	Sim	1
2	A lei permite que uma empresa conceda um direito de garantia não possessória em uma única categoria de bens móveis (tais como contas a receber ou inventário), sem exigir uma descrição específica da garantia.	Não	0
3	A lei permite que uma empresa conceda um direito de garantia não possessória em todos os seus bens móveis sem exigir uma descrição específica da garantia.	Não	0
4	Um direito de garantia pode estender-se por mais tempo ou após a aquisição dos bens e pode estender-se automaticamente para os produtos, recursos ou substitutos dos bens originais.	Não	0
5	Uma descrição geral das dívidas e obrigações é permitida no contrato de garantia e em documentos de registro: todos os tipos de dívida e obrigações podem ser garantidos entre as partes e o contrato de garantia pode incluir uma quantia máxima para a qual os bens são onerados.	Não	0
6	Um registro de garantias ou instituição de registros para bens móveis está em operação, unificado geograficamente e por tipo de bem, com um banco de dados eletrônico indexado pelo nome do devedor.	Não	0
7	Os credores garantidos são pagos em primeiro lugar (por exemplo, antes das notificações gerais de cobrança de impostos e reivindicações dos empregados) quando um devedor não cumpre o contrato fora de um processo de insolvência.	Não	0
8	Os credores garantidos são pagos em primeiro lugar (por exemplo: antes do avisos gerais de cobrança de impostos e reivindicações dos empregados) quando a empresa é liquidada.	Não	0
9	Os credores garantidos não estão sujeitos à suspensão automática ou moratória dos procedimentos de execução quando um devedor entra em um processo de reorganização societária supervisionado pelo tribunal ou a lei prevê fundamentos legais para se exceptuar de uma suspensão automática ou moratória (por exemplo, se os bens móveis estão em perigo) ou define um tempo-limite para a suspensão automática.	Sim	1
10	A lei permite que as partes acordem em um contrato de garantia que o mutuante possa exercer seu direito de garantia sem recorrer à justiça.	Não	0
Total			2

Fonte: Doing Business 2013

A protecção dos investidores é outro critério fundamental na caracterização do ambiente de negócios. O Banco Mundial desenvolveu um **índice composto de eficiência da protecção ao investidor** que combina três índices distintos:

- ◆ Índice de Transparência;
- ◆ Índice de Responsabilidade dos Directores;
- ◆ Índice de Facilidade de Processos por Accionista.

O índice de eficiência de protecção ao investidor varia de 0 a 10, com valores mais elevados indicando uma protecção maior ao investidor.

Tabela 15 - Índice de Eficiência de Protecção ao Investidor

	Índice	Timor
1	Índice de Transparência	3
2	Índice de Responsabilidade dos Directores	4
3	Índice de Facilidade de Processos-Accionistas	5
Total		4

Fonte: Doing Business 2013

Timor obtém uma classificação modesta, abaixo da média dos países do Extremo Oriente e Pacífico, sendo uma área que carece, ainda, de legislação substantiva.

A situação é francamente melhor no que respeita à **fiscalidade**. Timor apresenta indicadores francamente competitivos, não só na região, mas inclusivamente em termos globais.

Tabela 16 - Procedimentos de Cumprimento de Obrigações Fiscais

	Indicador	Timor	Extremo Oriente & Pacífico
1	Pagamentos (nº por ano)	18	25
2	Tempo Despendido com Pagamento Impostos (horas por ano)	276	209
3	Imposto sobre Lucros (%)	14,9	16,7
4	Contribuições e Impostos sobre o Trabalho (%)	0,0	10,9
5	Outros Impostos (%)	0,2	6,9
6	Carga fiscal total (% lucros)	15,1	34,5

Fonte: Doing Business 2013

Tabela 17 - Quadro Fiscal: Nº Pagamentos e Tempo Despendido

	Imposto ou Contribuição	Pagamentos (nº)	Tempo (Horas)	Taxa	Base Fiscal	Carga Fiscal Total (% Lucros)
1	IRC	5	132	10%	Imposto Tributável	14,9
2	Imposto sobre Combustíveis	1		USD 0,06	por litro	0,2
3	IRS (Pagamento pelo Trabalhador)	12	144			0
Total		18	276			15,1

Fonte: Doing Business 2013

No que respeita à fiscalidade, Timor-Leste posiciona-se no primeiro terço da lista dos países analisados pelo Banco Mundial no seu relatório "Doing Business 2013", reflectindo um esforço das autoridades nacionais na criação de um ambiente propício ao investimento privado.

Este esforço de construção de um ambiente de negócios atractivo tem também reflexo na facilitação dos **procedimentos comerciais**. Com efeito, quer os procedimentos de importação & exportação quer o seu custo correspondente comparam de forma positiva no contexto do Extremo Oriente e Pacífico.

Tabela 18 - Procedimentos de Exportação

	Natureza dos Procedimentos de Exportação	Duração (Dias)	Custo (USD)
1	Preparação de Documentos	9	140
2	Liberação Alfandegária e Controlo Técnico	4	50
3	Procedimentos e Handling Portuários	10	120
4	Transporte e Handling Inland	2	440
	Total	25	750
	<i>Bill of Lading, Factura Comercial, Declaração de Exportação das Alfândegas, Listagem de Produtos, Certidão de Não Existência de Dívidas Fiscais, Certificado Fito-Sanitário / Certificado Técnico</i>	Documentos de Exportação	

Fonte: Doing Business 2013

Tabela 19 - Procedimentos de Importação

	Natureza dos Procedimentos de Importação	Duração (Dias)	Custo (USD)
1	Preparação de Documentos	12	145
2	Liberação Alfandegária e Controlo Técnico	5	50
3	Procedimentos e Handling Portuários	7	120
4	Transporte e Handling Inland	2	440
	Total	26	755
	<i>Documento Bancário Comprovativo de Pagamento Direitos Alfandegários, Bill of Lading, Factura Comercial, Declaração de Importação das Alfândegas, Ordem de Remessa / Entrega, Listagem de Produtos, Certidão de Não Existência de Dívidas Fiscais</i>	Documentos de Importação	

Fonte: Doing Business 2013

Finalmente, o sistema de justiça é uma das dimensões fundamentais para a construção de um ambiente de negócios favorável à iniciativa privada. E neste aspecto, muito ainda está por fazer em Timor que se posiciona nos últimos lugares do ranking anualmente elaborado pelo Banco Mundial, através da sua publicação *Doing Business*.

Com efeito, o indicador relativo à **resolução de contratos** é utilizado como espelho do funcionamento do sistema de justiça e, neste particular, os resultados de Timor são francamente negativos, evidenciando uma justiça morosa e dispendiosa.

Tabela 20 - Duração de Processos de Resolução de Contratos

	Tempo	Dias
1	Apresentação de Processo e Tramitação	200
2	Julgamento	995
3	Aplicação da Sentença	90
Total		1 285
	Custo	% da Dívida
4	Custo do Advogado (% da dívida)	155,7
5	Custas (% da dívida)	4
6	Custo de Aplicação Sentença (% da dívida)	3,5
Total		163,2

Fonte: Doing Business 2013

2. Business Intelligence

2.1. Estratégia de Desenvolvimento

Em Abril de 2010 o Governo Timorense publicava o Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Timor-Leste para o período 2011-2030, o qual assenta na visão de futuro formulada pelo povo timorense e sistematizada no documento "Timor-Leste 2020 - a Nossa Nação, o Nosso Futuro".

As estratégias e acções estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento visam, até 2030, passar Timor-Leste de um País com baixos rendimentos para um País com rendimentos médio- altos, com uma população saudável, instruída e segura. Este objectivo reflecte as aspirações do Povo timorense, tal como foram expressas durante uma consulta nacional alargada em 2010, e faz uso do Plano de Desenvolvimento Nacional e do documento "Timor-Leste 2020 – A Nossa Nação, O Nosso Futuro".

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste é um pacote integrado de políticas estratégicas a serem implementadas a curto prazo (um a cinco anos), a médio prazo (cinco a dez anos) e a longo prazo (dez a vinte anos). Está alinhado com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, mas é mais do que um conjunto de metas. O Plano pretende estabelecer uma orientação que possibilite um desenvolvimento inclusivo, sustentável e a longo prazo em Timor-Leste.



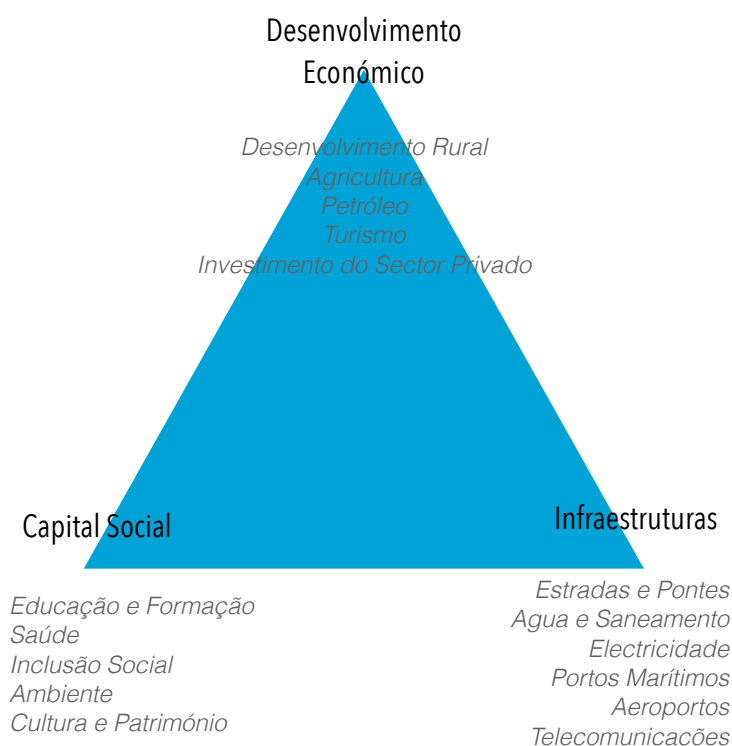
O Plano Estratégico de Desenvolvimento Estratégico abrange três áreas fundamentais: Capital Social, Desenvolvimento de Infra-estruturas e Desenvolvimento Económico.

A construção de um sólida base infraestrutural e o desenvolvimento económico são pilares que irão gerar múltiplas oportunidades para os operadores privados e em torno dos quais se desenvolverão os grandes projectos públicos.

Estas oportunidades são geradas num contexto de emergência de uma classe empreendedora nacional cujo fomento é assumidamente uma prioridade política. Esta classe empreendedora nacional necessita de parcerias que aportem o conhecimento especializado indispensável ao aproveitamento das oportunidades geradas pelo processo de crescimento económico acelerado que Timor conhecerá, certamente, nas próximas décadas.

2.2. Sectores Estratégicos

Como é evidente o capital social é o alicerce do desenvolvimento de uma nação, sem o qual o crescimento económico e as oportunidades pelo mesmo geradas serão irremediavelmente perdidas. Trata-se, contudo, de uma dimensão de investimento, fundamentalmente, público. Este estudo centra-se nas oportunidades de interesse para operadores privados pelo que centraremos a nossa análise nas estratégias de desenvolvimento infraestrutural e desenvolvimento económico e nas oportunidades que daí advirão.



2.2.1. Infraestruturas

Timor tem um deficit histórico de infraestruturas de suporte à actividade económica. Colmatar este deficit constitui uma das prioridades do Governo Timorense, tendo para o efeito definido um ambicioso programa de construção e reabilitação de infraestruturas que cobre:

- ◆ Estradas e Pontes;
- ◆ Água e Saneamento;
- ◆ Electricidade;
- ◆ Portos Marítimos;
- ◆ Aeroporto;
- ◆ Telecomunicações.

Os investimentos a realizar visam metas bem definidas e articuladas com as três etapas do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

2011

2015

2020

2030

Electricidade

- ◆ Toda a população terá acesso a electricidade 24h/dia.
 - ◆ Duas novas estações de energia terão sido construídas em Hera e Betano fornecendo 250 megawatts de electricidade para apoiar o desenvolvimento social e económico em Timor-Leste.
 - ◆ Um novo modelo de gestão para o sector de electricidade será estabelecido segundo as melhores práticas internacionais.
 - ◆ A central de Lariguto será construída segundo um modelo de desenvolvimento eólico.
 - ◆ Uma central solar será construída em Díli para demonstrar o potencial da energia solar.
 - ◆ Serão realizados estudos de viabilidade de longo prazo com vista à atracção de indústrias de processamento de gás, mini-projectos hídricos e viabilidade de construção de centrais termoeléctricas que gerem electricidade através de resíduos domésticos e industriais.
- ◆ 50% da energia Timor-Leste vai ser produzida por fontes renováveis de energia.
 - ◆ Aproximadamente 100.000 famílias terão acesso a energia solar.
- ◆ Todas as famílias em Timor-Leste terão acesso a electricidade, quer pela expansão do sistema convencional de energia eléctrica ou através da utilização de energia renovável.

Portos Marítimos

- ◆ O Porto do Suai terá sido construído e estará a funcionar de forma eficiente.
 - ◆ O projecto de portos regionais terá construído instalações portuárias em Com, Atauro, Vemasse e Oe-Cusse Ambeno.
 - ◆ A construção de um porto em Tibar terá começado.
- ◆ O Porto de Tibar estará a funcionar de forma eficiente, como a principal instalação portuária de Timor-Leste.
 - ◆ O programa de portos regionais terá desenvolvido as instalações portuárias em Kairabela e na costa sul em torno de Beaço.

Aeroportos

- ◆ O Plano do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato terá sido concluído e as obras de reconstrução, das instalações do terminal e a modernização da pista, terão sido realizadas
 - ◆ Os aeroportos distritais de Maliana, Baucau e Oe-Cusse Ambeno terão sido reabilitados
- ◆ O Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato será um aeroporto internacional de padrão moderno com capacidade para circular um milhão de passageiros por ano
 - ◆ Timor-Leste vai ter uma rede de aeroportos distritais totalmente operacionais, incluindo os aeroportos de Suai, Baucau, Oe-Cusse Ambeno, Lospalos, Maliana, Viqueque, Same e Atauro
 - ◆ O aeroporto de Baucau vai operar como um aeroporto alternativo ao Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato e funcionará como uma base militar.

Telecom

- ◆ Existirá uma cobertura de telemóvel fiável, seguro e acessível a todos os Timorenses.
 - ◆ Acesso a Internet seguro, acessível e de alta velocidade estará disponível em todas as capitais de distrito e áreas circundantes.
 - ◆ Todas as escolas, postos de saúde e clínicas de saúde estarão ligados à internet.
 - ◆ Existirá um quadro regulamentar para criar um mercado de telecomunicações competitivo.
- ◆ Todo o território Timor-Leste terá acesso a Internet de alta velocidade seguro e acessível
 - ◆ Todos os alunos e profissionais de saúde terão acesso a dispositivos portáteis de Internet.
 - ◆ Timor-Leste terá acesso à tecnologia disponível no mundo.

Os investimentos em infraestruturas previstos no horizonte de 2030 estruturarão um novo sector de construção civil e obras públicas dinâmico e atrativo, num contexto de disponibilidades orçamentais decorrentes dos recursos extraídos da actividade petrolífera. Como em muitos outros sectores da actividade económica nacional, este é um sector ainda por construir. Escasseiam as empresas nacionais competitivas e as existentes carecem de assistência técnica e tecnológica. As oportunidades de estabelecimento de parcerias que aportem o conhecimento técnico e tecnológico são, portanto, significativas.

2.2.2. Desenvolvimento Económico

Os investimentos em infraestruturas suportarão o desejável desenvolvimento económico do país o qual está estruturado em torno de um conjunto de sectores estratégicos, norteados por objectivos bem definidos:

- ◆ Agricultura - criar um sector próspero para reduzir a pobreza, proporcionar a segurança alimentar e promover o crescimento económico das áreas rurais, em particular, e da Nação como um todo;
- ◆ Desenvolvimento Rural - promover a criação de empregos locais, como estratégia de melhoria das condições de vida das pessoas que vivem em áreas rurais;
- ◆ Petróleo - estabelecer uma companhia nacional de petróleo e criar as competências, habilitações e experiência necessárias para liderar e gerir a indústria;
- ◆ Turismo - disponibilizar aos visitantes internacionais uma gama de experiências turísticas que tirem vantagem da beleza natural, cultura e património timorenses.



2011

2015

2020

2030

Desenvolvimento Rural

- ◆ 55 mil casas novas terão sido construídas até 2015 para apoiar as famílias em todo o país, sob o Programa de Desenvolvimento do Milénio dos Sucos
- ◆ Será prestado apoio às cooperativas que estejam a levar a cabo actividades do sector privado em várias áreas
- ◆ Terá sido preparado um quadro de planeamento nacional para apoiar o desenvolvimento de Timor-Leste
- ◆ Terão sido desenvolvidas e executadas as campanhas estratégicas de extensão para produtos agrícolas
- ◆ Será concluído um programa de urbanização rural, oferecendo acesso a estradas, água e saneamento, escolas, clínicas médicas, acesso aos mercados e energia
- ◆ Haverá 9.000 empresas registadas nos Centros de Desenvolvimento de Negócios
- ◆ O sector privado será a principal fonte de crescimento do rendimento e emprego nas zonas rurais de Timor-Leste

Petróleo

- ◆ A construção do Porto de Suai terá sido concluída
- ◆ O aeroporto de Suai terá sido reabilitado
- ◆ Iniciada a primeira fase do projecto da refinaria
- ◆ A construção da primeira secção de estrada de Suai- Betano terá sido iniciada
- ◆ O projecto de desenvolvimento de Nova Suai terá sido concluído
- ◆ A primeira fase do projecto de desenvolvimento de Nova Betano terá sido iniciada
- ◆ A segunda fase da Plataforma de Abastecimento do Suai terá sido concluída
- ◆ A primeira fase do projecto da refinaria terá sido concluída
- ◆ O Porto de Beajo estará concluído
- ◆ O Projecto Tasi Mane terá sido concluído, estabelecendo uma indústria petrolífera dinâmica e integrada, ligada por uma auto-estrada na costa sul de Timor-Leste

Turismo

- ◆ Terão sido reabilitadas e sinalizadas as estradas localizadas nas principais rotas turísticas, incluindo a Grande Estrada/Via Costeira do Norte, de Balibó a Com, e a via de Maliana a Ermera e Tibar.
- ◆ Terá sido estabelecido em Díli um centro de formação em Turismo e hotelaria
- ◆ Estarão em funcionamento Pacotes turísticos compreensivos para cada uma das áreas Turísticas das zonas Oriental, Central e Ocidental do País
- ◆ Estará a operar uma estratégia de marketing turístico internacional
- ◆ Estará em curso um programa de desenvolvimento de infra-estruturas turísticas, envolvendo o sector privado
- ◆ As infra-estruturas turísticas vitais serão construídas ou reabilitadas, incluindo o aeroporto de Díli e aeroportos regionais, e as infra-estruturas de telecomunicações serão melhoradas
- ◆ As estradas em percursos turísticos fundamentais, incluindo a Grande Estrada da Costa Norte entre Com e Balibo, e de Maliana através de Ermera até Tibar, serão reabilitadas e sinalizadas
- ◆ Serão estabelecidos Centros de Informações Turísticas em Díli, Los Palos e Baucau
- ◆ Estarão em operação destinos turísticos com infra- estruturas melhoradas, com actividades e empresas locais estabelecidas, e materiais promocionais
- ◆ Timor-Leste terá uma indústria turística bem desenvolvida, atraindo um número elevado de visitantes internacionais

Para que o processo de desenvolvimento económico de Timor seja uma realidade é necessário gerar emprego e rendimento, atraindo investidores para os sectores-chave da indústria, estabelecendo parcerias com empresas internacionais para o desenvolvimento da base infraestrutural e apoiar as empresas nacionais a estabelecerem-se e desenvolverem-se. Na constituição destas parcerias radica a oportunidade para as empresas nacionais interessadas em aportar o conhecimento que tão necessário é à afirmação das empresas timorenses.

Tendo em vista atrair investidores privados, o Governo Timorense pretende implementar, até 2020, um conjunto de medidas de política:

- ◆ O Código Civil estará em vigor para apoiar a execução de contratos, a Lei de Terras dará confiança sobre direitos de propriedade e certezas para o desenvolvimento e a Lei do Trabalho terá sido aprovada para definir claramente os direitos e obrigações legais dos empregadores e empregados;
- ◆ Os processos para registo e licenciamento de empresas e a obtenção de uma licença de construção serão eficientes;
- ◆ O 'balcão único' para empresas estará estabelecido e a funcionar eficazmente;
- ◆ Estará em operação um Banco Nacional de Desenvolvimento;
- ◆ Estará estabelecida a Companhia de Investimento de Timor-Leste, contribuindo para o aparecimento de novas indústrias e a diversificação da economia de Timor-Leste;
- ◆ Terão sido implementados os resultados de uma revisão abrangente para avaliar os benefícios e riscos da aplicação de um conjunto especial de leis e regulamentos sobre negócios em Zonas Económicas Especiais.

2.3. Grandes Projectos Públicos

O Plano Estratégico de Desenvolvimento descreve, tendo como horizonte 2020, as principais linhas de estratégia relativamente ao desenvolvimento económico.

O plano de investimento até 2015 estabelece o orçamento de investimento público a cinco anos que constituirá os principais gastos do sector público durante a primeira metade da década. O plano de investimento público inclui nove capítulos: saúde e nutrição, educação e investigação, estradas, electricidade, portos e aeroportos, agricultura, petróleo e turismo. Para cada capítulo o PED detalha um conjunto de objectivos tais como formação em recursos humanos, construção e gestão de instalações, com prazos para que o progresso concreto possa ser medido contra objectivos quantitativos. De seguida resumem-se as áreas prioritárias.

- ◆ **Saúde e Nutrição:** Construção de um sistema de saúde primária a nível local até 2015, incluindo uma clínica por suco com um médico e um enfermeiro; um profissional de saúde comunitária por cada 100 famílias; hospitais de distrito devidamente apetrechados, incluindo a nível de ambulâncias e capacidade de obstetrícia de emergência; monitorização e resposta nutricional a nível nacional; sistema nacional de dados de saúde pública, com estatísticas vitais em tempo real; programas de controlo de doenças infecciosas tais como VIH/SIDA, Malária, Dengue e "doenças tropicais negligenciadas", como sejam infecções parasitárias. Haverá também programas de formação e melhoria de qualificações em larga escala.
- ◆ **Educação e Investigação:** Construção de um sistema de acesso e conclusão universais dos estudos até ao 9.º ano de escolaridade até 2015, e conclusão universal até ao 12.º ano o mais tardar até 2025. O PED apoiará uma formação maciça de professores, incluindo a implementação de um colégio de professores a nível nacional com base na UNTL. O PED providenciará bolsas de estudo para o ensino superior em Timor-Leste e no estrangeiro com base em sectores essenciais. O Governo abrirá quatro programas nacionais de investigação na UNTL: agricultura, petróleo, saúde pública e ecologia, e convidará peritos internacionais para fazerem parte das direcções de assessoria destes centros.

- ◆ **Estradas:** O sistema rodoviário nacional e distrital será concluído o mais tardar até 2020, com uma parte substancial a estar pronta até 2015. O programa do Governo irá pavimentar pelo menos 3.000 km de auto-estradas e de estradas de distrito até 2015, com base numa forte participação doméstica. O sistema rodoviário nacional estará concluído na sua totalidade até 2020.
- ◆ **Electricidade:** A rede eléctrica nacional será concluída até 2015, ligando todas as cidades e capitais de distrito. O sistema eléctrico funcionará sobretudo a petróleo – inicialmente com líquidos pesados mas posteriormente fazendo a transição para o gás natural quando o gasoduto chegar a Timor-Leste. A rede nacional incorporará fontes de energia alternativas, incluindo energia solar, geotérmica e hidroeléctrica. O Governo instalará 1 GW até 2020.
- ◆ **Portos marítimos e aeroportos:** O PED irá preparar novas instalações portuárias para carga e GNL em redor do complexo petrolífero no sul, devendo também alargar e deslocar o local dos contentores em Díli. O aeroporto nacional de Díli será alargado e serão pensados novos aeroportos internacionais, pelo menos um no leste e um no sul.
- ◆ **Agricultura:** O PED irá garantir meios agrícolas para todos os pequenos agricultores de subsistência, incluindo fertilizantes, sementes e técnicas agrícolas. Ao longo do tempo o programa de subsídios será convertido num sistema de créditos onde os bancos privados e públicos ofereçam créditos agrícolas a agricultores que tenham demonstrado serem merecedores de créditos.
- ◆ **Petróleo:** O PED irá promover o crescimento continuado do sector petrolífero por via da exploração e desenvolvimento de novos blocos. O Governo investirá numa zona industrial e em instalações portuárias a sul, permitindo à nação passar a exportar GNL e outros produtos relacionados com o petróleo. O Governo explorará de forma activa a viabilidade das várias indústrias a jusante relacionadas com a energia, incluindo fertilizantes, outros petroquímicos, aço e alumínio.
- ◆ **Turismo:** O PED promoverá o ecoturismo e o turismo de praia de acordo com padrões ambientais rigorosos. O turismo será promovido através do arrendamento de terras públicas para o desenvolvimento de estâncias, melhoria de infra-estruturas incluindo um aeroporto na parte oriental de Timor-Leste e a promoção de Timor-Leste como novo destino turístico global por parte do Governo.

2.4. Potencialidades de Expansão das Exportações de Produtos Portugueses

2.4.1. Metodologia para Selecção dos Produtos

Ao longo deste capítulo iremos identificar os produtos exportados por Portugal com maior potencial de vendas a Timor-Leste.

Para o efeito, aplicámos uma metodologia de análise de competitividade das exportações portuguesas face a Timor, com base no cálculo do Índice da Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) das exportações portuguesas e do Índice de Desvantagem Comparativa Revelada (IDCR) das importações timorenses. Recorremos a informação estatística da base de dados COMTRADE das Nações Unidas, relativa ao comércio externo entre Portugal e Timor-Leste, como do resto do mundo. Recorremos, igualmente, a dados da Direcção Nacional de Estatística de Timor-Leste. Importa, neste ponto, sublinhar a limitação dos dados disponíveis sobre o comércio externo de Timor, nomeadamente na base dados COMTRADE, as quais somente dispõem de dados para os anos de 2004 e 2005. Todavia, complementámos a informação disponível com dados do sistema estatístico timorense e tentámos descortinar as oportunidades que se perfilam no horizonte para exportadores portugueses.

Foram adoptados três critérios para a selecção dos produtos portugueses com potencial de vendas para Timor-Leste:

- (a) **Complementaridade económica entre Portugal e Timor-Leste**, critério de base visando a identificar os produtos em que Portugal possui uma vantagem comparativa na exportação e os produtos em que Timor-Leste detém uma desvantagem comparativa na importação;
- (b) **Relevância dos produtos nas pautas de comércio do Portugal e de Timor-Leste**, analisando os produtos com uma participação minimamente significativa, quer na pauta de exportação de Portugal, quer na pauta de importação de Timor-Leste;
- (c) **Grau de penetração reduzido das exportações portuguesas no total das importações timorenses dos produtos em causa**, ou seja, uma quota de mercado de Portugal nas importações timorenses relativamente baixa e, consequentemente, com margem para expansão de trocas comerciais.

A análise da complementaridade económica entre Portugal e Timor-Leste envolveu diversas etapas: o ponto de partida é o cálculo, para cada produto, da média anual simples das exportações portuguesas, das importações timorenses, das exportações do resto do mundo e das importações do resto do mundo, ao longo do período analisado. Com base nestas informações, computaram-se dois indicadores de comércio exterior, baseados nas vantagens comparativas reveladas de Balassa (1965):

- ◆ **Índice de vantagem comparativa revelada (IVCR)** das exportações portuguesas, que procura identificar os produtos portugueses mais exportados relativamente ao resto do mundo, e que assinalam uma maior especialização produtiva nesse produto. Colocado de outra forma, identifica os produtos portugueses que possuem vantagens comparativas na produção, onde Portugal consegue posicionar-se, por conseguinte, como grande exportador: um IVCR superior a 1 indica a existência de vantagem comparativa;
- ◆ **Índice de desvantagem comparativa revelada (IDCR)** das importações timorenses, que pretende identificar os produtos que Timor importa relativamente mais do que o resto do mundo, indicando uma menor especialização produtiva nesse produto. Dito de outra forma, identifica os produtos timorenses que possuem desvantagens comparativas na produção, levando a que Timor seja um grande importador desse produto, em relação ao resto do mundo: um IDCR superior a 1 indica a existência de desvantagem comparativa.

Seguidamente aplicou-se um conjunto sucessivo de critérios, que funcionaram como filtros, para seleccionar os produtos portugueses com maior potencial de aumento de exportações para Timor-Leste.

Numa primeira etapa, realizou-se a interseção do conjunto de produtos em que o IVCR é superior ou igual a um, com o conjunto de produtos em que o IDCR é superior ou igual a um.

O critério seguinte de seleção consistiu em excluir os produtos cujo valor médio exportado por Portugal no período em análise foi inferior ao valor médio importado por Timor-Leste no mesmo produto, o que significaria a inexistência de capacidade de oferta para responder a demanda adicional.

Finalmente, a análise da relevância dos produtos nas pautas de comércio de Portugal e de Timor-Leste baseou-se na definição de um limite mínimo para o nível de importações timorenses, tendo-se optado pelo limiar de USD 100.000, consentâneo com o histórico da dimensão das exportações Portuguesas para Timor . Este último filtro permitiu chegar à seleção final de produtos, com potencial e expansão das vendas portuguesas para Timor-Leste.

Para a construção da base empírica deste estudo, recorreremos à informação da base de dados COMTRADE.

2.4.2. Perfil dos Produtos Seleccionados

A aplicação desta metodologia permitiu identificar mais de meia centena de produtos com potencial de crescimento de vendas de Portugal para Timor-Leste. Estes produtos distribuem-se por 14 secções (SH a 2 dígitos):

- ◆ PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES; BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRES; TABACO E SEUS SUCEDÂNEOS MANUFATURADOS: **14 Produtos**;
- ◆ MÁQUINAS E APARELHOS, MATERIAL ELÉTRICO, E SUAS PARTES; APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE SOM, APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS E DE SOM EM TELEVISÃO, E SUAS PARTES E ACESSÓRIOS: **7 Produtos**;
- ◆ METAIS COMUNS E SUAS OBRAS: **10 Produtos**;
- ◆ MATERIAL DE TRANSPORTE: **2 Produtos**;
- ◆ OBRAS DE PEDRA, GESSO, CIMENTO, AMIANTO, MICA OU DE MATÉRIAS SEMELHANTES; PRODUTOS CERÂMICOS; VIDRO E SUAS OBRAS: **4 Produtos**;
- ◆ PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS OU DAS INDÚSTRIAS CONEXAS: **4 Produtos**;
- ◆ PRODUTOS MINERAIS: **3 Produtos**;
- ◆ PASTAS DE MADEIRA OU DE OUTRAS MATÉRIAS FIBROSAS CELULÓSICAS; PAPEL OU CARTÃO PARA RECICLAR (DESPERDÍCIOS E APARAS); PAPEL OU CARTÃO E SUAS OBRAS: **1 Produto**;
- ◆ MERCADORIAS E PRODUTOS DIVERSOS: **1 Produto**;
- ◆ PLÁSTICOS E SUAS OBRAS, BORRACHAS E SUAS OBRAS: **1 Produto**;
- ◆ ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL: **1 Produto**;
- ◆ MATÉRIAS TÊXTEIS E SUAS OBRAS: **1 Produto**;
- ◆ PRODUTOS DO REINO VEGETAL: **2 Produtos**;
- ◆ GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS OU VEGETAIS; PRODUTOS DA SUA DISSOCIAÇÃO; GORDURAS ALIMENTÍCIAS ELABORADAS; CERAS DE ORIGEM ANIMAL OU VEGETAL: **1 Produto**.

Na tabela seguinte apresentamos uma síntese das secções que parecem evidenciar maior potencial de crescimento de vendas de produtos Portugueses. Todos os valores constantes da tabela seguinte são apresentados em Dólares dos Estados Unidos.

Tabela 21 - Secções com Maior Potencial de Crescimento de Vendas de Produtos Portugueses (USD)

Secções	Nº de Produtos	Exportação de Portugal	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Quota de mercado (%)
	Contar de Selecção Final	Soma de X1	Soma de X6	Soma de X2	Soma de Quota de mercado (%)
IV -PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES; BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRES; TABACO E SEUS SUCEDÂNEOS MANUFATURADOS	14	1 366 009 074	29 137 871	243 598	30,68
XVI -MÁQUINAS E APARELHOS, MATERIAL ELÉTRICO, E SUAS PARTES; APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE SOM, APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS E DE SOM EM TELEVISÃO, E SUAS PARTES E ACESSÓRIOS	7	774 077 094	11 009 975	263 730	16,10
XV -METAIS COMUNS E SUAS OBRAS	10	700 225 239	14 414 741	337 018	9,66
XVII -MATERIAL DE TRANSPORTE	2	525 204 812	7 371 138	0	0,00
XIII -OBRAS DE PEDRA, GESSO, CIMENTO, AMIANTO, MICA OU DE MATÉRIAS SEMELHANTES; PRODUTOS CERÂMICOS; VIDRO E SUAS OBRAS	4	272 418 670	3 132 563	11 430	1,72
VI -PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS OU DAS INDÚSTRIAS CONEXAS	4	118 693 658	4 328 078	7 473	0,67
V-PRODUTOS MINERAIS	3	78 897 935	8 520 648	5 770	0,38
X -PASTAS DE MADEIRA OU DE OUTRAS MATÉRIAS FIBROSAS CELULÓSICAS; PAPEL OU CARTÃO PARA RECICLAR (DESPERDÍCIOS E APARAS); PAPEL OU CARTÃO E SUAS OBRAS	1	55 548 378	1 200 407	943 407	78,59
XX -MERCADORIAS E PRODUTOS DIVERSOS	1	39 387 868	1 354 373	102 284	7,55
VII -PLÁSTICOS E SUAS OBRAS; BORRACHA E SUAS OBRAS	1	37 484 211	719 167	795	0,11
I -ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL	1	19 342 174	844 910	0	0,00
XI -MATÉRIAS TÊXTEIS E SUAS OBRAS	1	17 872 271	4 542 665	46 626	1,03
II -PRODUTOS DO REINO VEGETAL	2	9 214 180	2 943 171	0	0,00
III -GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS OU VEGETAIS; PRODUTOS DA SUA DISSOCIAÇÃO; GORDURAS ALIMENTÍCIAS ELABORADAS; CERAS DE ORIGEM ANIMAL OU VEGETAL	1	8 049 224	516 497	0	0,00

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Os **produtos alimentares, os metais comuns e suas obras e as máquinas e aparelhos** representam 60% dos produtos com potencial de crescimento de vendas de produtos Portugueses em Timor. Nesta secções, as exportações portuguesas apresentam, já e actualmente, quotas de mercado interessantes, com uma forte presença portuguesa no segmento alimentar (30%), nas máquinas e aparelhos (16%) e Metais comuns (10%).

Num segundo patamar de importância, em termos de quantidade de produtos, encontramos as **obras de pedra, gesso, cimento, amianto e matérias similares (4 produtos), os produtos das indústrias químicas (também 4) e os produtos minerais (3 produtos)**, secções em que a quota de mercado dos portugueses ainda é modesta, antevendo oportunidades interessantes para os produtos nacionais que encaixam nesta secção.

Destaque para uma posição de quase monopólio nas pastas de madeira (quota de mercado de 78%), sendo que existiram ainda oportunidades a explorar nesta secção.

Refinando um pouco mais a análise (SH 2 dígitos), encontramos:

Produtos das Indústrias Alimentares

- ◆ 4 produtos na posição 22 - Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagres, aonde os produtos portugueses já representam uma quota de mercado superior a 5%;
- ◆ 3 produtos na posição 16 - Preparações de carnes, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos, em que os produtos portugueses já representam uma quota de mercado significativa (24%);
- ◆ 3 produtos na posição 19-Preparações à base de cereais, de farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria, em que os produtos portugueses têm uma quota de mercado diminuta (1%), evidenciando interessantes oportunidades de crescimento.

Máquinas e Aparelhos

- ◆ 5 produtos na posição 85-Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes, na qual os produtos portugueses já dispõe de uma interessante quota de mercado (12%) antecipando, desde já, a presença de concorrentes do nosso país.

Metais Comuns

- ◆ 6 produtos na posição 73 - Obras de Ferro Fundido, Ferro ou Aço, na qual os produtos portugueses também já têm uma interessante quota de mercado (próxima dos 10%).
- ◆ 2 produtos na posição 76 - Alumínio e suas Obras, na qual os produtos portugueses ainda não têm expressão no mercado timorense.

Obras de Pedra, Gesso, Cimento, Produtos Cerâmicos, Vidro e Suas Obras

- ◆ 2 produtos na posição 69 - Produtos Cerâmicos, com uma quota de mercado inferior a 2%;
- ◆ 2 produtos na posição 68 - Obras de Pedra, Gesso, Cimento, na qual os produtos portugueses ainda não têm expressão.

Produtos das Indústrias Químicas ou das Indústrias Conexas

- ◆ 3 produtos na posição 34 - Sabões, Agentes Orgânicos de Superfície, Preparações para Lavagem, com reduzida presença ainda de exportações portuguesas.

Tabela 22 - Produtos Portugueses com Potencial de Crescimento de Vendas: 2 Dígitos (USD)

Secções	SH a 2 dígitos	Nº de Produtos	Exportação de Portugal	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Quota de mercado (%)
		Contar de Seleção Final	Soma de X1	Soma de X6	Soma de X2	Soma de Quota de mercado (%)
IV - PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES; BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRES; TABACO E SEUS SUCEDÂNEOS MANUFATURADOS	24-Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	1	427 996 328	6 524 108	0	0,00
	22-Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	4	355 658 241	11 515 932	64 761	5,12
	17-Açúcares e produtos de confeitaria	1	206 736 511	2 997 471	1 946	0,06
	16-Preparações de carnes, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	3	195 966 685	2 292 680	158 019	24,23
	19-Preparações à base de cereais, de farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pasteleria	3	162 747 556	4 270 324	17 153	1,04
	21-Preparações alimentícias diversas	1	8 639 000	787 695	232	0,03
	20-Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	1	8 264 754	749 663	1 488	0,20
XVI - MÁQUINAS E APARELHOS, MATERIAL ELÉTRICO, E SUAS PARTES; APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE SOM, APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS E DE SOM EM TELEVISÃO, E SUAS PARTES E ACESSÓRIOS	85-Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	5	759 378 681	8 013 710	189 640	12,52
	84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	2	14 698 413	2 996 265	74 090	3,58
XV - METAIS COMUNS E SUAS OBRAS	72-Ferro fundido, ferro e aço	1	366 343 404	916 524	0	0,00
	73-Obras de ferro fundido, ferro ou aço	6	322 264 724	11 096 869	335 605	9,43
	76-Alumínio e suas obras	2	6 112 469	1 783 276	0	0,00
	79-Zinco e suas obras	1	5 504 642	618 071	1 413	0,23
XVII - MATERIAL DE TRANSPORTE	87-Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	2	525 204 812	7 371 138	0	0,00
XIII - OBRAS DE PEDRA, GESSO, CIMENTO, AMIANTO, MICA OU DE MATÉRIAS SEMELHANTES; PRODUTOS CERÂMICOS; VIDRO E SUAS OBRAS	69-Produtos cerâmicos	2	253 065 132	1 421 376	11 430	1,72
	68-Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	2	19 353 537	1 711 186	0	0,00
VI - PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS OU DAS INDÚSTRIAS CONEXAS	34-Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, "ceras para dentistas" e composições para dentistas à base de gesso	3	101 066 357	3 788 881	5 755	0,35
	32-Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever	1	17 627 300	539 198	1 718	0,32
V - PRODUTOS MINERAIS	25-Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	2	74 775 986	7 866 724	5 770	0,38
	27-Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	1	4 121 949	653 924	0	0,00
X - PASTAS DE MADEIRA OU DE OUTRAS MATÉRIAS FIBROSAS CELULÓSICAS; PAPEL OU CARTÃO PARA RECICLAR (DESPERDÍCIOS E APARAS); PAPEL OU CARTÃO E SUAS OBRAS	49-Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas; textos manuscritos ou datilografados, planos e plantas	1	55 548 378	1 200 407	943 407	78,59
XX - MERCADORIAS E PRODUTOS DIVERSOS	94-Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos noutros capítulos; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos e artigos semelhantes; construções pré-fabricadas	1	39 387 868	1 354 373	102 284	7,55
VII - PLÁSTICOS E SUAS OBRAS; BORRACHA E SUAS OBRAS	39-Plásticos e suas obras	1	37 484 211	719 167	795	0,11
I - ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL	4-Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, especificados nem compreendidos noutros capítulos	1	19 342 174	844 910	0	0,00
XI - MATÉRIAS TÊXTEIS E SUAS OBRAS	63-Outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; trapos	1	17 872 271	4 542 665	46 626	1,03
II - PRODUTOS DO REINO VEGETAL	10-Cereais	1	6 478 317	2 293 346	0	0,00
	12-Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	1	2 735 864	649 825	0	0,00
III - GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS OU VEGETAIS; PRODUTOS DA SUA DISSOCIAÇÃO; GORDURAS ALIMENTÍCIAS ELABORADAS; CERAS DE ORIGEM ANIMAL OU VEGETAL	15-Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	1	8 049 224	516 497	0	0,00

Finalmente, uma análise detalhada a seis dígitos revela os 52 produtos seleccionados, organizados por secção.

Tabela 23 - Produtos Alimentares com Potencial de Crescimento de Vendas: 6 Dígitos (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Exportação de Portugal	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Quota de mercado (%)
		Soma de X1	Soma de X6	Soma de X2	Soma de Quota de mercado (%)
24-Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	240220-Cigarros contendo tabaco	427 996 328	6 524 108	0	0,00
	220300-Cerveja produzida com malte.	229 129 829	1 711 221	30 848	1,80
	220290-Outros	64 404 341	666 888	19 746	2,96
22-Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	220210-Águas, incluindo águas minerais e águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou outros adoçantes ou aromatizantes.	40 326 921	5 234 970	1 421	0,03
	220110-Águas Minerais e Águas Gaseificadas	21 797 152	3 902 853	12 746	0,33
17-Açúcares e produtos de confeitaria	170199-Outros	206 736 511	2 997 471	1 946	0,06
16-Preparações de carnes, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	160100-Salsichas e produtos similares, de carne, miudezas ou sangue; preparados baseados nestes produtos	81 755 719	598 247	114 777	19,19
	160413-Peixe, inteiro ou em pedaços, mas não triturado, Sardinhas, Sardinheta, Espadilhas ou Espadetas	81 085 692	782 211	16 823	2,15
	160414- Peixe, inteiro ou em pedaços, mas não triturado, Atuns, Peixe-Serra e Bonito	33 125 275	912 222	26 420	2,90
19-Preparações à base de cereais, de farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria	190590-Outros	108 710 174	1 786 902	5 818	0,33
	190530-Biscoitos Doces; waffles and wafers	38 447 411	1 620 087	11 030	0,68
	190120-Misturas e Massas para Preparação de Produtos de Padaria	15 589 972	863 335	305	0,04
21-Preparações alimentícias diversas	210130-Chicória torrada e outros substitutos do café torrados, e seus extractos, essências e concentrados.	8 639 000	787 695	232	0,03
20-Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	200490-Outros Vegetais e Misturas de Vegetais	8 264 754	749 663	1 488	0,20
	TOTAL	1 366 009 074	29 137 871	243 598	

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Trata-se de uma secção que oferece oportunidades interessantes aos produtos portugueses. Exceptuando o caso particular das salsichas e similares, em que os produtos portugueses dispõem de significativa quota de mercado, somente o peixe inteiro ou em pedaços (certamente com destaque para as sardinhas e atuns) evidencia quotas de mercado superiores a 2%.

Nesta secção chamamos particular atenção para os produtos em que as quotas de mercado de produtos portugueses são ainda diminutas, tais como:

- ◆ As águas minerais e águas gaseificadas;
- ◆ Biscoitos doces;
- ◆ Misturas e massas para preparação de produtos de padaria;
- ◆ Chicória torrada e outros substitutos do café torrados;
- ◆ Outros Vegetais e Misturas de Vegetais.

Timor importa, anualmente, 13 milhões de USD destes produtos, sendo que destes, somente cerca de 27 000 USD são originários de Portugal, isto em segmentos em que o nosso país tem um perfil interessante de exportação.

Tabela 24 - Produtos da Secção "Máquinas e Aparelhos, Material Eléctrico e Suas Partes", com potencial de Crescimento de Vendas: 6 Dígitos (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Exportação de Portugal	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Quota de mercado (%)
		Soma de X1	Soma de X6	Soma de X2	Soma de Quota de mercado (%)
85-Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	854459-Outros condutores eléctricos, para uma voltagem excedendo 80 V mas não excedendo 1,000	379 940 330	1 760 957	64 304	3,65
	850423-Transformadores Dieléctricos Líquidos com uma capacidade que não exceda os 10.000 KVA	167 434 848	2 899 332	0	0,00
	853720-Para uma Voltagem Excedendo 1,000 V	129 391 438	1 413 386	125 336	8,87
	854460-Outros Condutores Eléctricos, para uma voltagem excedendo 1,000 V	81 184 058	784 045	0	0,00
	850163-Geradores AC (alternadores) : -- com um output excedendo 375 kVA mas não excedendo 750 kVA	1 428 009	1 155 991	0	0,00
84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	842959-Pás Mecânicas, Escavadoras e Carregadores de Pás: Outros	12 142 217	2 067 231	74 090	3,58
	843210-Arados	2 556 196	929 034	0	0,00
TOTAL		774 077 094	11 009 975	263 730	

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Nesta secção identificamos dois grupos de produtos:

- ◆ As **Máquinas, Aparelhos e Materiais Eléctricos para uma Voltagem excedendo os 1,000 V**, em que Portugal tem uma quota de mercado de 9%, **Outros Condutores Eléctricos para uma Voltagem excedendo 80 V mas não excedendo os 1,000** e as **Pás Mecânicas, Escavadoras e Carregadores de Pás** que representam também quotas de mercado acima dos 3,5%;
- ◆ E um conjunto de produtos em que Portugal ainda não exporta para Timor, apesar de serem segmentos em que Portugal tem um perfil interessante de exportação.

Neste segundo segmento, encontramos os **Transformadores Dieléctricos, Outros Condutores Eléctricos para uma Voltagem Superior a 1,000 V, os Geradores AC e os Arados**. O volume de importações de Timor destes produtos aproxima-se dos seis milhões de USD.

Tabela 25 - Produtos da Secção "Metais Comuns e Suas Obras", com potencial de Crescimento de Vendas: 6 Dígitos (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Exportação de Portugal	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Quota de mercado (%)
		Soma de X1	Soma de X6	Soma de X2	Soma de Quota de mercado (%)
72-Ferro fundido, ferro e aço	721420-Contendo recortes, estrias e outras deformações produzidas durante o processo de laminação ou retorcidas após laminação	366 343 404	916 524	0	0,00
	730890-Outros	181 093 795	3 168 402	223 431	7,05
	730820-Torres e Aramações	71 281 082	5 189 512	110 709	2,13
	730630-Outros, soldados, com secções transversais circulares, de aço ou de liga não-ferrosa	39 811 301	725 667	0	0,00
73-Obras de ferro fundido, ferro ou aço	731441-Outros, malha, rede, chapeados ou revestidos a zinco	16 639 225	571 268	0	0,00
	731700-Pregos, tachas, pregos ondulados, agrafes (outros que não os da posição No. 83.05) e similares, de aço ou ferro, com ou sem cabeças de outro materialmas excluindo tais artigos com cabeças	8 297 671	604 671	1 465	0,24
	730810-Pontes e secções de pontes	5 141 651	837 350	0	0,00
	761410-Com núcleo de aço	3 657 332	664 239	0	0,00
76-Alumínio e suas obras	761490-Outros	2 455 138	1 119 037	0	0,00
TOTAL		694 720 599	13 796 670	335 605	

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Nesta secção e exceptuando os outros produtos da posição 73 e as Torres e Armações, em que Portugal tem uma quota de mercado, respectivamente, de 7% e 2%, nos restantes produtos verifica-se uma ausência quase total de produtos Portugueses. Por ano Timor importa, aproximadamente, 5 milhões de USD de produtos nos quais, embora tenhamos perfil interessante de exportação, ainda não conseguimos penetrar neste mercado.

Tabela 26 - Produtos da Secção "Material de Transporte", com potencial de Crescimento de Vendas: 6 Dígitos (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Exportação de Portugal	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Quota de mercado (%)
		Soma de X1	Soma de X6	Soma de X2	Soma de Quota de mercado (%)
87-Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	870421-Outros, com motor de combustão interna por compressão-ignição (diesel ou semi-diesel), não excedendo 5 tons	442 282 375	6 419 127	0	0,00
	870210-Outros, com motor de combustão interna por compressão-ignição (diesel ou semi-diesel)	82 922 437	952 011	0	0,00
	TOTAL	525 204 812	7 371 138	0	

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Trata-se de uma secção em que o perfil de exportações Portuguesas conhecido e sem penetração no mercado timorense. Atenta a sua especificidade e ao contexto regional em que Timor se insere parece-nos, contudo, que estamos perante segmentos em que a penetração das nossas exportações poderá ser mais difícil.

Tabela 27 - Produtos da Secção "Obras de Pedra, Gesso, Cimento; Produtos Cerâmicos, Vidro e Suas Obras", com potencial de Crescimento de Vendas: 6 Dígitos (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Exportação de Portugal	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Quota de mercado (%)
		Soma de X1	Soma de X6	Soma de X2	Soma de Quota de mercado (%)
69-Produtos cerâmicos	690890-Outros	241 751 730	662 144	11 364	1,72
	691490-Outros	11 313 402	759 233	66	0,01
68-Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	681091-Outros artigos: Componentes estruturais pré-fabricadas para edifícios ou obras de engenharia civil	16 431 324	999 432	0	0,00
	681110-Chapas Onduladas	2 922 214	711 754	0	0,00
TOTAL		272 418 670	3 132 563	11 430	

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Segmento em que Portugal tem tradição exportadora e em que, contudo, a nossa presença em Timor é, ainda modesta. Trata-se de um segmento que importa, em média, 3 milhões de USD.

Tabela 28 - Produtos da Secção "Indústrias Químicas ou Indústria Conexas", com potencial de Crescimento de Vendas: 6 Dígitos (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Exportação de Portugal	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Quota de mercado (%)
		Soma de X1	Soma de X6	Soma de X2	Soma de Quota de mercado (%)
34-Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, "ceras para dentistas" e composições para dentistas à base de gesso	340220-Preparações para venda a retalho	66 148 620	1 659 498	5 451	0,33
	340600-Velas e similares	25 687 723	817 323	23	0,00
	340111-Sabão e produtos e preparados orgânicos para superfícies, na forma de barras, peças ou formas moldadas, e papel, chumaços, feltros e não tecidos, impregnados, revistos ou cobertos... para uso sanitário (incluindo produtos médicos)	9 230 015	1 312 060	282	0,02
32-Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever	320990-Outros	17 627 300	539 198	1 718	0,32
TOTAL		118 693 658	4 328 078	7 473	

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

As velas e similares, os sabões e produtos e preparados orgânicos para superfícies são produtos que movimentam um volume de importações superior a 4 milhões de USD e em que Portugal tem vantagem comparativa, sendo que, todavia, a penetração de produtos nacionais em Timor fica aquém do possível.

Tabela 29 - Produtos Minerais com potencial de Crescimento de Vendas: 6 Dígitos (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Exportação de Portugal	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Quota de mercado (%)
		Soma de X1	Soma de X6	Soma de X2	Soma de Quota de mercado (%)
25-Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	252329-Cimento Portland: Outros	72 225 678	6 547 084	882	0,01
	252390-Outros cimentos hidráulicos	2 550 308	1 319 640	4 888	0,37
27-Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	271500-Misturas betuminosas baseadas em asfalto natural, em betume natural, em betume de petróleo, em alcatrão mineral	4 121 949	653 924	0	0,00
TOTAL		78 897 935	8 520 648	5 770	

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

O cimento é um produto cuja procura irá crescer exponencialmente no médio / longo-prazo, abrindo oportunidades potencialmente interessantes para Portugal, sendo que será necessário analisar cuidadosamente a concorrência regional.

Encontramos, por fim, 8 produtos, distribuídos por outras tantas secções, em que Portugal tem uma presença extraordinariamente reduzida, apesar de possuir vantagens comparativas interessantes.

Tabela 30 - Produtos Diversos, com potencial de Crescimento de Vendas: 6 Dígitos (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Exportação de Portugal	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Quota de mercado (%)
		Soma de X1	Soma de X6	Soma de X2	Soma de Quota de mercado (%)
49-Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas; textos manuscritos ou datilografados, planos e plantas	490199-Outros	55 548 378	1 200 407	943 407	78,59
94-Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos noutros capítulos; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos e artigos semelhantes; construções pré-fabricadas	940600-Edifícios Pré-Fabricados	39 387 868	1 354 373	102 284	7,55
39-Plásticos e suas obras	392321-Sacos e Malas (incluindo cones): de polímeros e etilene	37 484 211	719 167	795	0,11
4-Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, especificados nem compreendidos noutros capítulos	40700-Ovos de aves, com casca, frescos, preservados ou cozinhados.	19 342 174	844 910	0	0,00
63-Outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; trapos	630900-Roupas e outros artigos usados	17 872 271	4 542 665	46 626	1,03
10-Cereais	100640-Arroz quebrado	6 478 317	2 293 346	0	0,00
12-Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	120890-Outros	2 735 864	649 825	0	0,00
15-Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	151710-Margarina, excluindo margarina líquida	8 049 224	516 497	0	0,00
TOTAL		186 898 305	12 121 189	1 093 112	

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Se exceptuarmos o caso particular dos outros produtos da posição 49 (livros, jornais, gravuras, etc), em que Portugal apresenta já uma posição de predominância, se bem que com potencial de consolidação, encontramos um conjunto de produtos que representam anualmente importações da ordem dos 12 milhões de USD e nas quais a presença de produtos portugueses fica ainda aquém do possível e desejável, casos das margarinas, ovos frescos, preservados ou cozinhados e dos edifícios pré-fabricados.

2.4.3. Análise da Concorrência Geográfica

Identificados os produtos com potencial de aumento de vendas, procedeu-se à análise da concorrência que os fornecedores portugueses dos produtos selecionados poderão enfrentar no mercado timorense e que poderão condicionar o aumento das suas exportações.

Para tanto, identificaram-se os países que, no período em análise, constituíram o principal fornecedor de cada produto importado por Timor-Leste e à identificação do principal fornecedor na UE - 27.

Tabela 31 - Principais Concorrentes na Secção Produtos Alimentares (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Principal Exportador Mundo	Principal Exportador UE-27
		Soma de X6	Soma de X2		
24-Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	240220-Cigarros contendo tabaco	6 524 108	0	Indonésia	-
	220300-Cerveja produzida com malte.	1 711 221	30 848	Singapura	Portugal
	220290-Outros	666 888	19 746	Indonésia	
22-Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	220210-Águas, incluindo águas minerais e águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou outros adoçantes ou aromatizantes.	5 234 970	1 421	Indonésia	Portugal
	220110-Águas Minerais e Águas Gaseificadas	3 902 853	12 746	Indonésia	Portugal
17-Açúcares e produtos de confeitaria	170199-Outros	2 997 471	1 946	Tailândia	Bélgica
16-Preparações de carnes, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	160100-Salsichas e produtos similares, de carne, miudezas ou sangue; preparados baseados nestes produtos	598 247	114 777	Singapura	Portugal
	160413-Peixe, inteiro ou em pedaços, mas não triturado, Sardinhas, Sardinheta, Espadilhas ou Espadetas	782 211	16 823	Indonésia	Portugal
	160414- Peixe, inteiro ou em pedaços, mas não triturado, Atuns, Peixe-Serra e Bonito	912 222	26 420	Indonésia	Portugal
19-Preparações à base de cereais, de farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria	190590-Outros	1 786 902	5 818	Indonésia	Portugal
	190530-Biscoitos Doces; waffles and wafers	1 620 087	11 030	Indonésia	Portugal
	190120-Misturas e Massas para Preparação de Produtos de Padaria	863 335	305	Indonésia	Portugal
21-Preparações alimentícias diversas	210130-Chicória torrada e outros substitutos do café torrados, e seus extractos, essências e concentrados.	787 695	232	Indonésia	Portugal
20-Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	200490-Outros Vegetais e Misturas de Vegetais	749 663	1 488	Austrália	Portugal
TOTAL		29 137 871	243 598		

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Tabela 32 - Principais Concorrentes na Secção "Máquinas e Aparelhos, Material Eléctrico e Suas Partes" (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Principal Exportador Mundo	Principal Exportador UE-27
		Soma de X6	Soma de X2		
85-Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	854459-Outros condutores eléctricos, para uma voltagem excedendo 80 V mas não excedendo 1,000	1 760 957	64 304	China	Portugal
	850423-Transformadores Dieléctricos Líquidos com uma capacidade que não exceda os 10.000 KVA	2 899 332	0	Tailândia	-
	853720-Para uma Voltagem Excedendo 1,000 V	1 413 386	125 336	China	Portugal
	854460-Outros Condutores Eléctricos, para uma voltagem excedendo 1,000 V	784 045	0	Indonésia	-
	850163-Geradores AC (alternadores) : -- com um output excedendo 375 kVA mas não excedendo 750 kVA	1 155 991	0	Finlândia	Finlândia
84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	842959-Pás Mecânicas, Escavadoras e Carregadores de Pás: Outros	2 067 231	74 090	Indonésia	Portugal
	843210-Arados	929 034	0	Indonésia	-
TOTAL		11 009 975	263 730		

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Tabela 33 - Principais Concorrentes na Secção "Metais Comuns e Suas Obras" (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Principal Exportador Mundo	Principal Exportador UE-27
		Soma de X6	Soma de X2		
72-Ferro fundido, ferro e aço	721420-Contendo recortes, estrias e outras deformações produzidas durante o processo de laminação ou retorcidas após laminação	916 524	0	China	-
	730890-Outros	3 168 402	223 431	Polónia	Polónia
	730820-Torres e Aramações	5 189 512	110 709	China	Portugal
73-Obras de ferro fundido, ferro ou aço	730630-Outros, soldados, com secções transversais circulares, de aço ou de liga não-ferrosa	725 667	0	Indonésia	-
	731441-Outros, malha, rede, chapeados ou revestidos a zinco	571 268	0	Indonésia	-
	731700-Pregos, tachas, pregos ondulados, agrafes (outros que não os da posição No. 83.05) e similares, de aço ou ferro, com ou sem cabeças de outro materialmas excluindo tais artigos com cabeças	604 671	1 465	China	Portugal
	730810-Pontes e secções de pontes	837 350	0	Indonésia	-
	761410-Com núcleo de aço	664 239	0	China	-
76-Alumínio e suas obras	761490-Outros	1 119 037	0	Indonésia	Alemanha
TOTAL		13 796 670	335 605		

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Tabela 34 - Principais Concorrentes na Secção "Material de Transporte" (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Principal Exportador Mundo	Principal Exportador UE-27
		Soma de X6	Soma de X2		
87-Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	870421-Outros, com motor de combustão interna por compressão-ignição (diesel ou semi-diesel), não excedendo 5 tons	6 419 127	0	Indonesia	França
	870210-Outros, com motor de combustão interna por compressão-ignição (diesel ou semi-diesel)	952 011	0	Singapura	-
TOTAL		7 371 138	0		

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Tabela 35 - Principais Concorrentes na Secção "Obras de Pedra, Gesso, Cimento; Produtos Cerâmicos, Vidro e Suas Obras" (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Principal Exportador Mundo	Principal Exportador UE-27
		Soma de X6	Soma de X2		
69-Produtos cerâmicos	690890-Outros	662 144	11 364	Indonésia	Portugal
	691490-Outros	759 233	66	Indonésia	Portugal
68-Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	681091-Outros artigos: Componentes estruturais pré-fabricadas para edifícios ou obras de engenharia civil	999 432	0	Indonésia	-
	681110-Chapas Onduladas	711 754	0	Indonésia	-
TOTAL		3 132 563	11 430		

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Tabela 36 - Principais Concorrentes na Secção de "Produtos das Indústrias Químicas ou Indústria Conexas" (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Principal Exportador Mundo	Principal Exportador UE-27
		Soma de X6	Soma de X2		
34-Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, "ceras para dentistas" e composições para dentistas à base de	340220-Preparações para venda a retalho	1 659 498	5 451	Indonésia	Alemanha
	340600-Velas e similares	817 323	23	Indonésia	Portugal
	340111-Sabão e produtos e preparados orgânicos para superfícies, na forma de barras, peças ou formas moldadas, e papel, chumaços, feltros e não tecidos, impregnados, revistos ou cobertos...:- para uso sanitário (incluindo produtos médicos)	1 312 060	282	Indonésia	Portugal
32-Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever	320990-Outros	539 198	1 718	Indonésia	Portugal
TOTAL		4 328 078	7 473		

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Tabela 37 - Principais Concorrente na Secção de "Produtos Minerais" (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Principal Exportador Mundo	Principal Exportador UE-27
		Soma de X6	Soma de X2		
25-Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	252329-Cimento Portland: Outros	6 547 084	882	Indonésia	Portugal
	252390-Outros cimentos hidráulicos	1 319 640	4 888	Indonésia	Portugal
27-Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	271500-Misturas betuminosas baseadas em asfalto natural, em betume natural, em betume de petróleo, em alcatrão mineral	653 924	0	Indonésia	-
TOTAL		8 520 648	5 770		

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Tabela 38 - Principais Concorrentes Produtos Diversos Seleccionados (USD)

SH a 2 dígitos	SH a 6 dígitos	Importação de Timor Leste Total	Importação de Timor Leste com origem em Portugal	Principal Exportador Mundo	Principal Exportador UE-27
		Soma de X6	Soma de X2		
49-Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas; textos manuscritos ou datilografados, planos e plantas	490199-Outros	1 200 407	943 407	Portugal	Portugal
94-Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos noutros capítulos; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos e artigos semelhantes; construções pré-fabricadas	940600-Edifícios Pré-Fabricados	1 354 373	102 284	China	Portugal
39-Plásticos e suas obras	392321-Sacos e Malas (incluindo cones): de polímeros e etilene	719 167	795	Indonésia	Reino Unido
4-Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, especificados nem compreendidos noutros capítulos	40700-Ovos de aves, com casca, frescos, preservados ou cozinhados.	844 910	0	n.d.	n.d.
63-Outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; trapos	630900-Roupas e outros artigos usados	4 542 665	46 626	Singapura	Portugal
10-Cereais	100640-Arroz quebrado	2 293 346	0	Índia	-
12-Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	120890-Outros	649 825	0	África do Sul	-
15-Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	151710-Margarina, excluindo margarina líquida	516 497	0	Indonésia	Holanda
TOTAL		12 121 189	1 093 112		

Fonte: COMTRADE e Cálculos CESO CI

Conforme seria expectável, a Indonésia domina na maioria dos segmentos, com Portugal a afirmar-se como o principal fornecedor dentro da UE-27, se bem que volumes de exportação modestos e aquém do potencial que claramente poderá ser atingido. Destaque, também, para vários segmentos em que Portugal não é o principal fornecedor na UE-27 e que merecem, do nosso ponto de vista, uma estratégia de exportação mais agressiva.

Da análise destes dados ressalta a convicção de que este grupo de **meia de centena de produtos encerra oportunidades de crescimento das exportações portuguesas que ainda não foram aproveitadas**. A aposta na diversificação e crescimento das exportações de produtos portugueses deve, assim e do nosso ponto de vista, centrar-se neste conjunto de produtos.